

Impresso
Especial
9912213586 DR/RJ
Fundação
Oswaldo Cruz
CORREIOS

O mercado está em crise: e as políticas sociais?



Conheça o POLI

Direção
55(21)3865-9700

Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional
55(21)3865-9707

Vice-Direção de Ensino e Informação
55(21)3865-9729

Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
55(21)3865-9705

Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde
55(21)3865-9745

Grupo de Trabalho em Saúde Mental
55(21)3865-9755

Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde
55(21)3865-9780

Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde
55(21)3865-9765

Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos de Saúde
55(21)3865-9788

Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde
55(21)3865-9784

Grupo de Trabalho de Biossegurança
55(21)3865-9743

Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde
55(21)3865-9770

Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9720

Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica
55(21)3865-9740

Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9750

Coordenação de Administração
55(21)3865-9820

Coordenação de Cooperação Internacional
55(21)3865-9730

Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos
55(21)3865-9860

Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde
55(21)3865-9850

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9732

Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde
55(21)3865-9728

Biblioteca Emília Bustamante
55(21)3865-9840

Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde
55(21)3865-9892

Secretaria Escolar
55(21)3865-9865

Serviço de Informática
55(21)3865-9810

Serviço de Manutenção de Equipamentos e Instalações Prediais
55(21)3865-9870



Revista Trabalho, Educação e Saúde
55 (21) 3865-9850 | www.revista.epsjv.fiocruz.br

RETS

Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)
55 (21) 3865-9730



Biblioteca Virtual em Saúde
55 (21) 3865-9840 | www.bvseps.epsjv.fiocruz.br



Observatório dos Técnicos em Saúde
55 (21) 3865-9750 | www.observatorio.epsjv.fiocruz.br



Comitê de Ética em Pesquisa
55 (21) 3865-9710

Capa	4
0 capital financeiro em questão	
Reforma Tributária	10
Reforma Tributária: implicações para a Seguridade Social	
Almanaque	12
Entrevista	13
Leandro Konder - 'A ética ajuda a permanecer na luta'	
Em dia com a história	16
Profissionalização na Enfermagem	
Divulgação Científica	18
Mercado de Trabalho: pesquisas revelam a permanência da desigualdade entre sexos	
Políticas Públicas	20
Formação Profissional em destaque	
Profissão	22
Atendimento em saúde bucal	
Livros	24
Livro traz debate contemporâneo sobre a sociedade - resenha do Dicionário de Educação Profissional em Saúde (2ª edição revista e ampliada)	
Dicionário	25
Informação em Saúde	

Você está lendo em todos os jornais, ouvindo no rádio, assistindo na televisão, com diversas abordagens. Tudo indica que o mundo entrou numa crise econômica séria, profunda e sem prazo de validade. A matéria de capa desta edição da Revista Poli explica, com uma linguagem simples, mas sem abandonar a complexidade que a situação requer, as origens da crise e a forma como ela afeta a todos nós. Mas a reportagem vai além, apontando possíveis interferências da crise nas políticas de saúde, educação e emprego.

Em contexto parecido, e talvez também com influência futura da crise, o projeto de Reforma Tributária apresentada pelo governo federal, na forma de uma Proposta de Emenda Constitucional, é tema de outra matéria. Também aqui você entenderá, principalmente, a discussão sobre os riscos que algumas instituições e movimentos apontam para o financiamento da seguridade social.

A crise financeira e os rumos do capitalismo são alguns dos temas tratados por Leandro Konder, um dos maiores nomes da esquerda acadêmica e militante brasileira, na seção de Entrevista.

Na parte que trata de Políticas Públicas, você conhecerá um pouco mais sobre o Brasil Profissionalizado, um programa do governo federal que quer ampliar a oferta de educação profissional no Brasil. Apesar das qualidades do projeto, especialistas questionam sua vinculação com os chamados "arranjos produtivos" e a não exigência de que os cursos sejam no formato do ensino médio integrado.

Em 'Profissões', esta revista conta a história, com foco nas lutas pela regulamentação dos profissionais de nível auxiliar e médio da área de odontologia. Na matéria, você saberá também qual a abrangência e as limitações das funções do agente e do técnico de saúde bucal e do cirurgião-dentista.

Na seção 'Em dia com a história', as enfermeiras, em atuações que correspondem a funções atualmente de nível superior e médio, são as personagens, apresentadas como a primeira profissão de nível técnico em saúde no Brasil. As mulheres, que eram quase a totalidade das enfermeiras naquela época, são destaque também da matéria de Divulgação Científica, que mostra as desigualdades do mercado de trabalho de acordo com o gênero.

Por fim, em 'Dicionário', o conceito desta edição é 'Informações em Saúde', em que discutimos as origens da área, sua abrangência para além dos sistemas e bancos de dados e, sobretudo, os avanços e limitações da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde.

Boa leitura!

Ano I - Nº 4 - mar./abr. 2009
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

(Membros do Conselho Deliberativo da EPSJV)
André Malhão, Sergio Munck, Isabel Brasil, Gustavo Matta, Gilberto Estrela, Arlinda Moreno, Francisco Bueno, Etelcia Molinaro, Maurício Monken, José Roberto Reis, Cristina Araripe, Monica Vieira, Marcia Teixeira, Telma Frutuoso, Carlos Eduardo Gerônimo, Rafael Calazans, Mario Sergio Homem, Cátia Guimarães, Anamaria Corbo.

Editora

Cátia Guimarães - MTB: 2265/RJ

Repórteres e redatoras

Raquel Torres
Sandra Pereira
Maíra Mathias (estagiária)

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca
Marcelo Paixão

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro
CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Capa e Ilustrações

Pedro Henrique Quadros (estagiário)

Assistente de Comunicação

Talita Rodrigues

Assistente de Gestão Educacional

Luciane Vicente
Estela Carvalho

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

O capital financeiro em questão

Crise econômica global põe em xeque o modelo capitalista atual e deve afetar as áreas sociais

Raquel Torres
Sandra Pereira



Bolsa de valores de São Paulo

Rafael Matsunaga

Parecia que tinha sido de uma hora para a outra. De repente os grandes bancos dos Estados Unidos registraram perdas bilionárias e os cidadãos americanos, endividados, perderam poder aquisitivo. O valor dos títulos de ações caiu vertiginosamente e as bolsas passaram a fechar em baixa. Daí para que o resultado se refletisse no resto do mundo, foi um pulo. Em diversos países, férias coletivas e demissões em massa se tornaram ameaças constantes. Parecia que tinha sido de uma hora para a outra. Mas não foi.

Nessa matéria você vai entender como a crise financeira começou nos EUA e se espalhou pelo mundo, como ela afeta as políticas sociais, especialmente as de saúde, no Brasil, e o que devemos esperar daqui para frente.

Uma crise do capital fictício

Desde que o dinheiro deixou de ter um **lastro**, como o ouro, a sua valorização não está mais condicionada a um incremento da riqueza real, o que leva à possibilidade de geração do que se chama de capital fictício – um conceito de Karl Marx. Isso quer dizer que o crescimento aparente da riqueza não tem, necessariamente, uma relação direta com o aumento da riqueza real. “Quando um empresário compra meios de produção e força de trabalho, mistura isso tudo no processo de produção, vende seus bens e recupera um valor maior que o gasto inicialmente, esse capital gerado não é fictício”, explica a economista Leda Paulani, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Isso porque, nesse caso, há uma valorização com lastro nas mercadorias produzidas. Mas, na fase atual do capitalismo, as coisas não são simples assim.

De acordo com Leda, existem ativos reais – como as instalações de uma empresa – e as duplicatas – riquezas expressas em ações. As duplicatas são, portanto, papéis, físicos ou virtuais, que expressam uma riqueza. O problema, de acordo com a economista, é que a duplicata ganha vida própria a partir das compras e vendas realizadas nas bolsas de valores, já que o **capital financeiro** é regido pelo aumento de riqueza por especulação. “O preço das duplicatas deveria ter alguma relação com a realidade de onde elas partiram, mas, na prática, ele é produto de um processo arbitrário, em que muitas variáveis interferem. Assim, essas duas instâncias podem estar totalmente descoladas”, explica a professora.

E, nas últimas décadas, o abismo entre a riqueza real e a fictícia tornou-se tão grande que a crise já se tornava previsível: em janeiro de 2008, o McKinsey Global Institute, uma das maiores empresas de consultoria do mundo, publicou um relatório com dados sobre a riqueza real e a riqueza financeira global entre os anos de 1980 e 2006. E os dados mostravam que, enquanto o PIB mundial passou de US\$ 10,1 trilhões em 1980

Depósito que serve de garantia ao papel-moeda.

O seu valor não é mediado pela produção de bens e serviços. É o caso de bancos, que emprestam dinheiro a uma empresa e não têm nada a ver com a produção. Para o banco, aquele dinheiro aumenta, se valoriza. Mas mesmo que isso possa se dever à produção da empresa, o banco em si não tem nada a ver com essa produção.

para US\$ 48 trilhões em 2006, o valor de ativos financeiros subiu de US\$ 12 trilhões para quase US\$ 170 trilhões no mesmo período. Ou seja: em 26 anos, enquanto a riqueza real no mundo cresceu cerca de 400%, na riqueza fictícia houve um aumento de quase 1.400%. “Dados como esse indicavam que, mais dia, menos dia, haveria uma crise. Ela tanto poderia começar no mercado imobiliário, como aconteceu, como em qualquer outro setor. E sabíamos que, pelo intercruzamento entre os vários mercados devido à abertura econômica em quase todos os países, ela teria dimensão mundial e seria muito profunda”, observa Leda.

A crise dos anos 1930 e o momento atual

Essa crise vem sofrendo comparações com uma outra: a grande depressão dos anos 1930, marcada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, há exatos 80 anos.

No início da década de 1920, quando terminou a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos entraram numa fase de prosperidade. Os países europeus, destruídos pela guerra, dependiam de investimentos externos e da importação de bens industrializados produzidos nos EUA. Enquanto isso, esse país se tornava responsável por quase metade da produção mundial. Os norte-americanos tinham crédito fácil e compravam casas, carros e eletrodomésticos, além de investirem em ações.

Mas esse consumo era limitado e acabou se tornando menor que a produção. Ao mesmo tempo, quando os países europeus voltaram a se desenvolver, diminuíram as importações norte-americanas. Assim, os EUA entraram numa grave crise de superprodução. E seus cidadãos, que haviam se endividado, vendiam suas ações para quitar o que deviam.

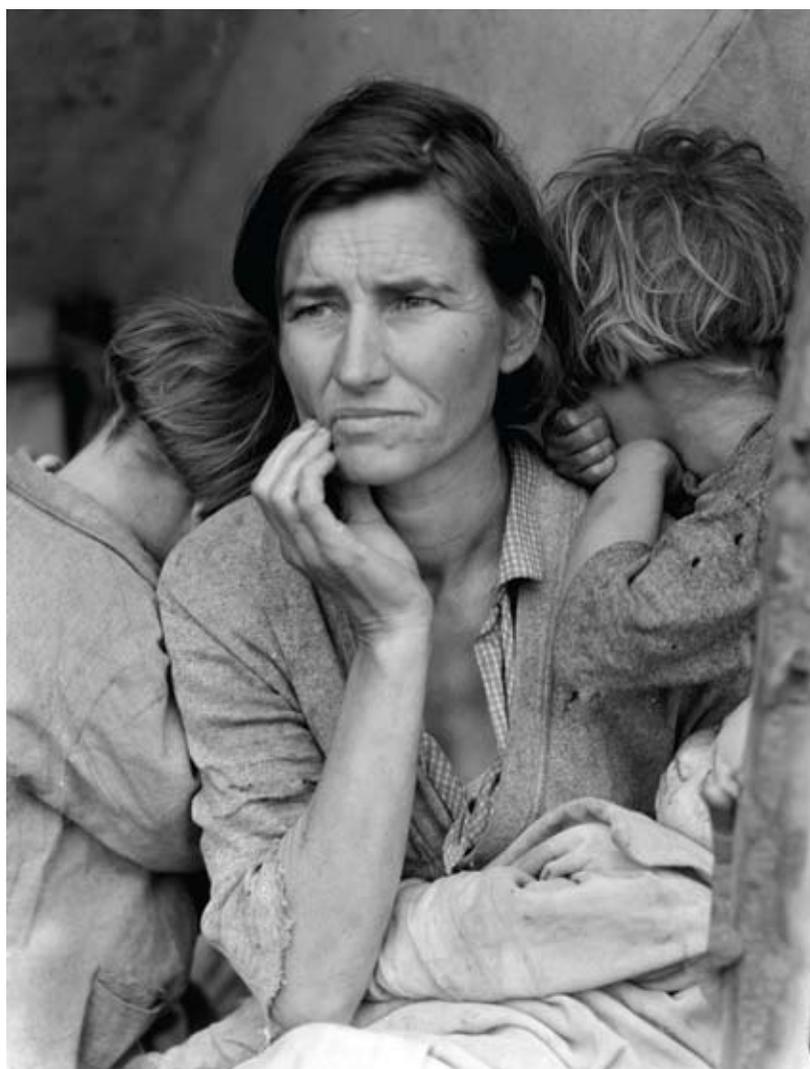
Em 29 de outubro de 1929, data que ficou conhecida como ‘quinta-feira negra’, a bolsa de Nova Iorque quebrou: mais de dez milhões de ações foram postas à venda, e não havia comprador. Nos anos seguintes, milhares de bancos

quebraram. E, na época, a crise também não parou nos Estados Unidos, já que outras economias dependiam do investimento americano.

Apenas no início da década de 1930, com o New Deal, proposto durante o governo de Franklin Roosevelt, a economia começou a se reconstruir. As ideias do plano eram inspiradas nos princípios do economista britânico John Keynes, que defendia uma maior intervenção do Estado na economia. Durante a Segunda Guerra Mundial, a situação se estabilizou novamente. “E havia o temor de que, após a guerra, a economia fosse recuar mais uma vez. Esse foi um dos fatores que levou ao acordo de Bretton Woods”, afirma Leda Paulani. Esse acordo, assinado em 1944, ditava que as moedas dos 45 países signatários passariam a estar atreladas ao dólar, que, por sua vez, estaria ligado ao ouro. O acordo ainda criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Para Leda, uma das novidades dos tempos de hoje é a ausência de uma governança global. “Nos anos 40, além do fantasma da crise recém-combatida, o avanço socialista se apresentava como uma ameaça ao sistema. Isso fez com que os países se reunissem para produzir uma nova regulação. Hoje, não sei se ainda temos condições para ‘colocarmos o mundo na mesa’ e discutirmos algum tipo de governança”, afirma a professora.

Ela acredita ainda que o ineditismo da crise atual também diga respeito justamente ao fato de que, hoje, o dinheiro mundial já não tem lastro. “O dinheiro é um papel, físico ou eletrônico. E isso é inédito. O ouro, que é uma mercadoria real, produzida pelo trabalho, bem ou mal, sempre



Dorthea Lange

Em 1936, na Califórnia, uma mulher que já não consegue sustentar seus filhos

A crise do mercado imobiliário

As dívidas – tanto públicas quanto privadas – são exemplos de capital fictício, porque se baseiam num poder de compra que não é real. E uma das razões para o crescimento do consumo nos EUA diz respeito justamente à facilidade de se obter crédito, e não ao aumento dos salários reais.

No mercado imobiliário, um setor propício à especulação, isso acabou gerando grandes problemas: no início dos anos 2000, a economia americana estava desacelerada e, para que ela se recuperasse, houve uma queda nas taxas de juros (quando os juros estão baixos, investe-se em produção, e a economia acelera). Com juros baixos, tornou-se cada vez mais fácil fazer financiamentos. E, com isso, a compra de imóveis acabou se mostrando um bom investimento: muitos americanos decidiram hipotecar suas casas para fazer grandes empréstimos e, com esse dinheiro, comprar outros bens e dar entrada no financiamento de novas casas para revenda, apostando no aumento de sua valorização. E essa valorização ocorreu por algum tempo: como a procura era muito grande, o preço dos imóveis não parava de subir.

Mas, em meados de 2004, os bancos começaram a diminuir o crédito fácil, com medo da inadimplência. Os juros subiram. Isso afastou novos compradores e, como a oferta de imóveis se tornou maior que a demanda, os preços caíram. Assim, as pessoas que haviam comprado casas para revender já não conseguiam o retorno do seu investimento e, ainda por cima, não tinham dinheiro para pagar os novos juros. O resultado óbvio foi um aumento na inadimplência, e os bancos tiveram que tomar as casas hipotecadas – que, agora, valiam muito menos que os empréstimos tomados. E, mesmo com os baixos preços, já não havia quem pudesse comprá-las, já que a facilidade do crédito havia acabado. Os americanos pararam de consumir e a economia desacelerou.

O problema é que isso tudo não ficou na ‘esfera familiar’. As hipotecas haviam sido vendidas, em forma de títulos negociáveis, a bancos e gestores de investimentos, que, por sua vez, venderam esses títulos a fundos de pensão, bancos múltiplos e investidores – não apenas nos EUA, mas também no resto do mundo. Isso gerou uma cadeia que dependia necessariamente da não-inadimplência daqueles que estavam na ponta: os cidadãos comuns, que fizeram as hipotecas. Como eles deixaram de pagar suas dívidas, esses títulos perderam o valor. Além disso, quando a crise se instaurou, quem tinha dinheiro guardado no banco precisou resgatá-lo. Como a riqueza financeira estava totalmente descolada da real, não houve dinheiro para todos. Assim, começou a quebra-deira nos bancos.

esteve condicionado, em última instância, como lastro da moeda mundial. Agora, isso acabou”, afirma.

Para o sociólogo Francisco de Oliveira, outra grande particularidade do momento atual é a maior integração econômica entre os países. “Todo o mundo aplica em bônus do Tesouro Americano. Então, a crise financeira vai repercutir nos demais países de duas formas: a primeira na desvalorização dos títulos do Tesouro Americano. A segunda na queda da economia real dos norte-americanos e dos países europeus, o que se reflete na compra de produtos de toda a

periferia, como os brasileiros e os argentinos”, explica.

Embora o modelo keynesiano tenha ajudado a combater a grande depressão dos anos 1930, o sociólogo acredita que, hoje, o retorno a esse modelo seria insuficiente. “Keynes tinha um remédio para economias que tinham um dinheiro nacional controlado por poderes institucionais muito fortes. Não é o caso de uma economia globalizada, em que não há esse dinheiro mundial. Existem moedas fortes, como o dólar, mas isso não basta para que políticas keynesianas sejam aplicadas mundialmente”, pondera. Para Leda Paulani, é possível que haja

uma regulação um pouco maior do sistema financeiro, tanto nos EUA quanto na Europa. “Mas acredito que o discurso neoliberal de que o Estado deve interferir o mínimo possível na economia é muito forte, ele não vai desmontar assim tão facilmente”, diz.

Como a crise entra no Brasil

Em tempos de globalização financeira, os efeitos de crises econômicas – tanto na economia em si como nas áreas sociais – são também globalizados. E, de acordo com o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, a crise entra no Brasil por meio de três mecanismos.

O primeiro deles está relacionado ao corte do crédito internacional. “Cerca de um quinto do crédito que circula no Brasil tem origem no exterior. Como esse crédito internacional sofreu uma forte contenção, as empresas do setor produtivo que dependem dele foram afetadas. É o caso, por exemplo, da indústria automobilística: a maior parte dos carros comercializados no Brasil são fruto de financiamento feito com recursos externos. Recuando essa fonte, a venda de automóveis é reduzida e esse setor da economia entra em crise, o que gera desemprego”, explica, ressaltando também que um terço do financiamento de longo prazo no Brasil é feito com financiamento externo.

O segundo diz respeito ao comércio externo. “Houve uma desaceleração da economia mundial, com redução de exportações e importações. O Brasil é um grande exportador de **commodities**, como produtos agrícolas e minerais, e setores que dependem dessa exportação foram atingidos”, diz.

E o terceiro está ligado às decisões que vêm sendo tomadas por empresas transnacionais. “Nossa estrutura produtiva está fortemente internacionalizada, de

Produtos de origem agropecuária, mineral ou vegetal produzidos em larga escala para exportação.



Manifestação contra as demissões na mineradora Vale, no Rio de Janeiro

modo que as filiais refletem as decisões de suas matrizes”. Assim, como as decisões dessas matrizes podem afetar as filiais, a situação externa acaba se internalizando.

O emprego

As principais pesquisas relacionadas ao emprego no Brasil são feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MET), através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Marcio Pochmann chama a atenção para o fato de que essas pesquisas medem situações diferentes e apresentaram, no fim do ano passado, resultados bem distintos: o Caged diz respeito ao saldo de empregos formais, que representa apenas um terço do mercado de trabalho brasileiro. Enquanto isso, o IBGE mede, pela Pesquisa Mensal de Emprego, o número de desocupados – ou seja, reflete resultados do trabalho formal e do informal – mas só apresenta dados de seis regiões metropolitanas brasileiras.

Pochmann afirma que os dados que têm sido acompanhados com maior precisão, e que, portanto, têm sido noticiados, são os do Caged. Por isso, ele diz que é preciso ter atenção: “O fato de alguém ter saído do mercado formal não significa necessariamente que tenha ficado desempregada. Ela pode ter sido contratada sem carteira, pode produzir renda de alguma outra forma. E o que se observa é que os dados de redução do emprego formal ocorrem desde outubro do ano passado, enquanto as taxas de desemprego no mesmo período demonstram queda”, diz.

De acordo com Pochmann, a inflexão no comportamento do emprego a partir de outubro não deve, pelo menos no último semestre do ano passado, ser atribuída exclusivamente à crise. Ele afirma que a elevação dos juros no país no primeiro semestre de 2008 é um dos fatores internos responsáveis pela diminuição do emprego formal. “Quando se aumentam ou diminuem os juros, isso não tem impacto imediato na economia – leva algum tempo para se manifestar.

Quando os juros estão altos, torna-se mais atrativo deixar o dinheiro no banco, rendendo, do que aplicá-lo em produção. Isso faz com que a economia se desacelere e, como consequência, a produção diminui e há corte de empregos”, explica.

Ele também observa que outro fator está relacionado a um ajuste de estoques por parte das empresas: “Embora a economia viesse se desacelerando, as empresas mantiveram grandes estoques. Quando elas se deram conta de que isso estava além da capacidade de consumo, foi preciso fazer uma desova de estoque. Para isso, reduziu-se a produção”, diz.

Flexibilização: uma saída?

Para Marcio Pochmann, a resposta é ‘não’. “No Brasil, o trabalho já é flexível demais”, diz o economista, alertando: “A concretização de ideias como essa pode, na verdade, aprofundar o desemprego e a própria crise econômica. Isso porque flexibilização, em última análise, significa a redução de custos e salários. E as pessoas que

tiverem seus salários reduzidos vão tentar exercer outras atividades para resgatarem a renda perdida. Assim, elas vão procurar um trabalho complementar ou estimular algum membro da família, que anteriormente não trabalhasse, a procurar emprego: vai ter mais gente disputando a mesma quantidade de vagas. Quando muita gente disputa o mesmo emprego, o salário cai. E se cai o salário, cai o consumo. Se cai o consumo, cai a produção. E, se cai a produção, cai o emprego. Entra-se num círculo vicioso”.

Para ele, o ideal é que o governo tome medidas que atendam aos trabalhadores, evitando que eles sejam responsabilizados pela crise. “Quando se debate que deve haver flexibilização, que os trabalhadores precisam aceitar isso como a única saída, aparentemente está se dizendo que eles são os culpados, e isso não é verdade”, diz, afirmando que, para que isso seja possível, é necessário reduzir drasticamente os juros e o superávit primário (a economia que o governo faz para pagar suas dívidas). “Isso é fundamental para continuar mantendo recursos nas políticas sociais. Como a crise leva necessariamente a um corte na receita, é claro que vai haver corte orçamentário. E o corte em geral é feito nas áreas sociais”, alerta, completando: “Para conseguir manter o gasto público, é preciso reduzir as despesas financeiras. Se diminuirmos os juros, R\$ 30 bilhões deixam de ser gastos com o pagamento de juros de dívidas. Reduzindo-se o superávit primário, podemos ter ainda uma outra soma de recursos, entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões, que viabilizariam a manutenção das políticas públicas”.

Saúde, previdência e assistência

“Num momento de crise, aquilo que já é de difícil negociação nos governos se apresenta de maneira ainda mais complicada”, explica Tatiana Wargas, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). E, para ela, quem deve sofrer mais é a saúde.

De acordo com Tatiana, a previdência é considerada o núcleo duro da seguridade, porque o número de pensões e aposentadorias é conhecido, assim como o valor necessário para cobrir esse benefício. “É verdade que, desde os anos 1970, discute-se a previdência. Desde então, fala-se na crise previdenciária e tenta-se diminuir o ônus dos estados com pensões e aposentadorias”, diz Tatiana, reconhecendo que várias reformas vêm sendo feitas para diminuir esses gastos. Mas, para a pesquisadora, essa é uma área que apenas parece mais frágil. “A verdade é que, com o crescimento populacional e com o aumento da expectativa de vida, há cada vez mais gente se aposentando. Assim, o volume de recursos exigidos da previdência aumenta muito”, diz.

Isso quer dizer que as reformas, que fizeram com que os benefícios individualmente ficassem menores, não diminuiram o volume de recursos destinados à previdência como um todo. “Olhando o caso individual dos aposentados e pensionistas, percebemos perdas que não conseguimos ver

com tanta clareza na saúde, porque temos o Sistema Único de Saúde (SUS). Mas, em comparação com outros setores, a previdência tem mantido orçamentos cada vez maiores”, afirma.

Ela explica que os núcleos frágeis são a saúde e a assistência, que terão que dividir os recursos disponíveis. E que, como a assistência tem sido um dos estandartes do governo Lula, é possível que essa seja a área priorizada. “Se esse é o foco do governo, quando se tem uma disputa de recursos entre as áreas frágeis – saúde e assistência – a saúde perde de novo”, diz, lembrando que, não por acaso, durante alguns anos parte dos recursos da saúde foram destinados ao programa Bolsa Família. “Muito embora a saúde pareça mais forte, com bandeiras bastante específicas, e uma política clara como o SUS, quando olhamos por dentro, percebemos que ainda existe uma fragilidade muito grande frente aos demais projetos do governo”, examina a pesquisadora.

Para Gilson Carvalho, médico sanitário e especialista em financiamento da saúde, a diminuição dos recursos para a área é inevitável. “O primeiro indicador disso são dados do último trimestre de 2008, que mostram uma queda do Produto Interno Bruto (PIB). Isso fez com que as previsões do PIB para 2009 baixassem. E, como desde 2000 a receita da saúde está diretamente atrelada a esse valor, é quase certo que os recursos para esse setor vão cair em 2009”, alerta.

Tatiana Wargas acredita que a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que estabelece os gastos de municípios, estados e União com a saúde, seria de fundamental importância nesse contexto. Essa é também a opinião dos membros da Frente Parlamentar da Saúde, que pretende fazer pressão pela aprovação da Emenda em 2009. “Sem dinheiro, não tem jeito. Sempre digo que a saúde não tem preço, mas tem custo, e esse custo é muito alto. E, infelizmente, sempre estivemos em segundo plano no país e nenhum governo parece fazer grandes esfor-



Pichação em Buenos Aires: crise terá que ser paga pelos ricos

ços para fazer com que isso mude”, lamenta o deputado da Comissão de Seguridade Social Jofran Frejat (PR-DF), que, até o fechamento desta matéria, era um dos indicados para presidir a Frente a partir deste ano.

Educação

Como a Constituição reserva à educação 18% dos impostos sobre a produção e o consumo, essa é uma área que depende em grande medida do bom funcionamento da economia. “Com a queda da atividade industrial e dos serviços, o dinheiro arrecadado por esses impostos vai diminuir e, como consequência, vai haver menos recursos para a educação”, acredita José Marcelino Pinto, pesquisador de políticas públicas e professor da USP. De acordo com ele, isso levará a um risco de queda ou de congelamento, justo em um momento de expansão da rede federal de educação superior e de ensino técnico. “Existe o grande risco de que enfrentemos uma nova onda de sucateamento, como ocorreu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso”, observa.

Mas, para o senador Paulo Paim (PT-RS), é possível que os danos sejam minimizados. “Segundo informações do MEC, estima-se que este ano cerca de R\$ 82 bilhões serão destinados para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Se isso se confirmar, o valor será superior àquele destinado ao fundo no ano passado. Por conta disso, acredito que os principais programas voltados para essa área estarão preservados”, diz.

E, para evitar que a crise atinja de maneira profunda a educação profissional, a Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica, Educação à Distância e Novas Tecnologias Educacionais defende a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). “Se for aprovado ainda este ano, esse fundo poderá gerar cerca de R\$ 8 bilhões para 2010”, afirma o senador. ●



Passeata no Fórum Social Mundial, em janeiro, em Belém (PA)

Para além da crise econômica e financeira

Uma “crise econômica e financeira, social e ambiental”. Essa é a definição de um grupo de instituições, militantes e representantes de organizações não-governamentais para o agitado momento que o planeta atravessa. Reunidos no Seminário ‘Crise Econômica Mundial e a Conjuntura Política e Social na América Latina – Impactos na Saúde’, realizado paralelamente ao Fórum Social Mundial de 2009, em janeiro, em Belém (PA), o grupo foi movido pela preocupação em levantar e divulgar questões ignoradas pela grande mídia sobre as causas, consequências e saídas da crise. A intenção é iniciar um processo de mobilização entre os movimentos e a militância social, a academia, os partidos e os governos progressistas.

“O documento resume a posição de diversas entidades da área de saúde e outras, e também de movimentos sociais, tanto do Brasil como de outros países da América Latina. Ele expõe nossa visão da crise atual do capitalismo e alerta sobre suas consequências para a saúde e para o bem estar das populações, apresentando princípios e propostas para serem discutidos pelo movimento social. Nossa proposta principal é a de recuperar o princípio da Reforma Sanitária como reforma civilizatória, de construção de sociedades justas e solidárias”, diz Lenaura Lobato, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e coordenadora do Seminário.

Para o grupo, as forças contraditórias do capitalismo que abalaram o sistema financeiro global e que já estão afetando em cheio as populações pobres por meio do desemprego, com efeitos na saúde, não são novidades, embora a atual crise seja diferente de outras vividas pelo sistema capitalista, sobretudo a que tem recebido comparações pelos quatro cantos do mundo, a de 1929. De acordo com os participantes, a crise de 2009 “é um colapso social e ambiental promovido pelas leis do mercado”.

No que diz respeito à saída da crise, o grupo critica a opção cons-truída somente pela lógica do capital, pois, acredita, seria uma repetição do que se viu na recente história da humanidade: “populações inteiras rumo à barbárie”.

O texto ainda chama atenção para modelos “mais redistributivos” verificados hoje na América Latina como referência a ser explorada. No entanto, frisa o documento, essas experiências precisam ser avaliadas de forma crítica. “Devemos analisar o real papel estruturador de uma nova sociedade no âmbito destas experiências, aprendendo com seus acertos e erros, questionando o fato destas experiências recentes poderem vir a se transformar em meras alternativas funcionais ao capitalismo”.

Reforma Tributária: implicações para a Seguridade Social

Entenda o projeto governamental e os argumentos dos seus críticos

Cátia Guimarães

O Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F) incidiria sobre operações com bens e prestações de serviços (definida, pela PCE 233/08, como “qualquer operação que não constitua circulação ou transmissão de bens”) no Brasil e no exterior. Não incidirá sobre as exportações.

Um risco que vai muito além dos números: é assim que o Movimento de Entidades em Defesa dos Direitos Sociais Básicos ameaçados pela Reforma Tributária, que reúne mais de 60 instituições e movimentos sociais, tem tratado a Proposta de Emenda Constitucional nº 233/08, enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional. O principal ponto do projeto que atinge a seguridade social (que envolve as áreas de Previdência, Saúde e Assistência Social) é aquele que modifica o artigo 153 da Constituição, propondo a substituição de três contribuições (Cofins, PIS e CIDE-Combustível) por um novo imposto chamado IVA-F (Imposto sobre o Valor Adicionado Federal). Para o Secretário Extraordinário de Reformas Econômico-fiscais do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, essa unificação traz várias vantagens. “Do ponto de vista do contribuinte, ganha-se um sistema mais simples e eficiente economicamente. Do ponto de vista dos governos, reduz-se complexidade e custos de administração tributária. Do ponto de vista do cidadão, o tributo fica mais transparente, pois a alíquota passa a ser a expressão do valor de imposto pago no bem ou no serviço. Do ponto de vista social, ganha-se com a unificação das bases vinculadas e partilhadas, de forma que a política tributária passe a ser calcada na justiça fiscal e eficiência econômica, e não na destinação específica que hoje é dada para cada tributo”, defende. Mas tudo isso está longe de ser um consenso.

A PEC propõe ainda o fim do salário-educação e a incorporação da Contribuição Sobre Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Para se perceber o efeito dessas mudanças, é preciso antes entender as diferenças entre imposto e contribuição.

Imposto X contribuição

Em primeiro lugar, toda contribuição precisa estar vinculada a uma área específica de ‘aplicação’. Isso quer dizer que, quando uma contribuição é criada, o dinheiro que ela arrecadar tem destino certo — no caso da Cofins, por exemplo, é a seguridade social; no caso do PIS, a proteção social; na extinta CPMF, a saúde. Já o imposto não pode ser vinculado, portanto, o IVA-F acabaria com o financiamento exclusivo que a seguridade tem atualmente. Como a seguridade social perderia as contribuições a ela vinculadas, o projeto do governo se compromete a destinar 38,8% da arrecadação

de impostos sobre “renda e proventos de qualquer natureza”, “produtos industrializados” e “grandes fortunas” ao financiamento da seguridade. No substitutivo elaborado pelo relator do projeto na Câmara dos Deputados, deputado Sandro Mabel, esse valor subiu para 39,7%. O argumento é que, assim, a seguridade social manteria os mesmos recursos que tem hoje. “Além de preservar o orçamento autônomo da seguridade, o projeto estabelece uma base mais ampla e estável para o financiamento dessas importantes políticas públicas. E não se trata de um único imposto: a seguridade social passa a ser financiada pelos principais impostos federais, o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além do IVA-F. De outro lado, o novo modelo permitirá uma política tributária muito mais justa do ponto de vista social pois, ao invés de privilegiar o aumento de receitas em tributos indiretos, como o PIS e a Cofins, será possível o aperfeiçoamento dos tributos mais progressivos, como o IR”, explica Bernard Appy.

Mas, segundo a cartilha elaborada por Sonia Fleury, presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), e lançada pelo Movimento de Entidades em Defesa dos Direitos Sociais Básicos ameaçados pela Reforma Tributária, essas contas não são bem assim. “Com a não regulamentação da Emenda Constitucional 29 pelo Congresso e com a extinção da CPMF, o setor saúde apresenta um enorme déficit em relação às previsões iniciais do próprio governo, e os cálculos da alíquota de 39,7% baseiam-se nesse patamar de subfinanciamento do setor saúde”, diz o texto. Além disso, segundo os críticos do projeto, esse formato estabelecerá um ‘teto’ de financiamento para a seguridade social. “Pela Constituição Federal, o que rege o orçamento da seguridade é a demanda e não a disponibilidade de recursos. E tem que ser assim porque, nessa área, lidamos com demandas irreprimíveis, o que quer dizer que a falta de dinheiro não pode ser justificativa para a negação de direitos sociais que são hoje reconhecidos como dever do Estado. Não podemos, por exemplo, mandar um doente para casa e pedir que ele volte quando houver orçamento”, exemplifica Elias Jorge, diretor de Programa de Economia da Saúde e Desenvolvimento do Ministério da Saúde.

É nessa discussão sobre se há ou não teto que entram outras duas importantes diferenças entre imposto e contribuição. Uma delas é que a contribuição, diferente do imposto, per-

mite que se pratiquem alíquotas maiores ou menores de acordo com o setor e com a necessidade — o percentual da contribuição sobre lucro líquido (CSLL), por exemplo, hoje, antes da reforma, é maior para o setor financeiro. Além disso, o dinheiro arrecadado por imposto só pode ser utilizado para o exercício do ano seguinte. Já as contribuições seguem o princípio chamado de noventena, o que quer dizer que o orçamento que elas geram pode entrar em vigor muito mais rápido, depois de 90 dias. Combinadas, essas duas características permitem, por exemplo, que, num momento de crise econômica como a atual, ou simplesmente num momento em que a demanda por seguridade for maior do que o seu orçamento, aumente-se a alíquota da contribuição social vinculada a essa área. Com isso, tem-se, no prazo de três meses, um aumento na arrecadação, de modo a atender aos direitos da população. Com o imposto, que inclui o financiamento da Seguridade no orçamento fiscal, essa flexibilidade não é possível. “Para aumentarmos em 10% os recursos da Seguridade Social, teríamos que crescer em cerca de 30% o IVA-F”, explica Elias Jorge. E completa: “Essa Reforma Tributária instituirá a DRU (Desvinculação de Receitas da União) permanente”.

O Movimento que critica o projeto destaca ainda que outros benefícios sociais, que não compõem a Seguridade Social, também estão ameaçados. No projeto, o PIS (Programa de Integração Social), que garante recursos para o seguro-desemprego, está entre as contribuições que seriam incorporadas ao IVA-F (o novo imposto). O salário-educação, que é vinculado ao financiamento da educação básica, também seria extinto e uma lei complementar enviada pelo Executivo ao Congresso em até 90 dias após a aprovação da reforma estabelecerá o percentual da arrecadação federal que seria destinado para essa mesma finalidade. O projeto prevê ainda a redução gradativa da contribuição patronal, um valor que as empresas pagam para a Previdência Social, apostando que a diminuição dos encargos trabalhistas é capaz de aumentar o emprego formal. “Os maiores beneficiários são os setores intensivos em mão de obra e, conseqüentemente, os trabalhadores, que ganham com a facilitação da formalização das relações de trabalho”, afirma Bernard Appy.

A divisão do bolo

Elias Jorge explica que, na contramão do que propõe a PEC da Reforma Tributária elaborada pelo Executivo, no Brasil, os diferentes governos vinham optando por criar contribuições porque, diferente dos impostos, elas não precisam ser compartilhadas com os estados. Isso significaria, então, que, ao unificar contribuições em um único imposto, o projeto da União beneficiaria os outros entes federados. Reiterando que a questão é mais qualitativa do que quantitativa, ele defende que não é bem assim. “Só aparentemente as contribuições atrapalham estados e municípios. Porque o recurso da previdência e da saúde, por exemplo, vai para o cidadão que mora e gasta em um estado e em um município, gerando contribuição”, explica. E resume: “O que define a equidade não pode ser só a porta de entrada, mas também a de saída”.

Mas, se os governos costumam optar por contribuições para não precisar dividir o bolo da arrecadação, por que a PEC do Executivo muda essa lógica e privilegia o imposto? “Todo mundo quer fazer Reforma Tributária sem perder nada. No jogo de soma zero dessa proposta de Reforma, não se vai aumentar a arrecadação e sim redistribuí-la. Uns ganham e outros perdem. Nesse caso, perde a Seguridade Social”, responde Elias Jorge, completando: “Essa Reforma será boa para quem acha que é muita ousadia um país periférico como o Brasil ofertar, por exemplo, um sistema de saúde universalizado, a 100% da população; um sistema que a nação mais rica do mundo não tem”, opina.

Justiça social?

A exposição de motivos na qual o ministro da Fazenda, Guido Mantega, encaminha a PEC ao Presidente da República, termina afirmando que os objetivos da proposta são “estimular a atividade econômica e a competitividade do País (...) e promover a justiça social e o fortalecimento das relações federativas”. Mas, para os críticos do projeto, ele não chega nem perto de promover justiça social. Tanto que a cartilha preparada pelo conjunto de entidades em defesa da Seguridade defende que o Brasil precisa de uma reforma que aumente a tributação sobre a renda e o patrimônio e diminua sobre o consumo. O Ministério da Fazenda garante que está fazendo exatamente isso: “Com o novo modelo de financiamento das partilhas federativas e das vinculações de gastos, a União poderá fazer a política tributária voltada para a eficiência econômica e para justiça fiscal, enfati-

O mecanismo que hoje chamamos de DRU (Desvinculação de Receitas da União) foi criado em 1994, por meio da Emenda Constitucional 01/94. A iniciativa, que foi apresentada como transitória, foi chamada pelo então governo Fernando Henrique Cardoso de Fundo Social de Emergência. Mais tarde, foi prorrogado duas vezes, passando a se chamar Fundo de Estabilização Fiscal. O nome DRU foi adotado em 2000, quando o instrumento foi prorrogado outra vez. Em 2003, já no governo Lula, a DRU foi novamente prorrogada até 2007, quando ganhou ainda uma nova sobrevida, até 2011. O artigo 76 da Constituição Federal, modificado por todas essas Emendas, tem, atualmente, o seguinte texto: “É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais”. Segundo Elias Jorge, desde a sua criação, em 1994, a DRU já ‘desviou’ mais de R\$ 100 bilhões de recursos que originalmente iriam para a seguridade social.

zando, por exemplo, os impostos sobre a renda ao invés dos tributos sobre o consumo, como ocorre hoje”, acredita Bernard Appy. Mas instituições como Cebes, Abrasco, Associação Brasileira de Organizações não-governamentais e universidades não concordam. “A proposta atual não aumenta as alíquotas dos impostos diretos e não altera a tabela do IR, perpetuando a injustiça tributária, ou seja, tudo leva a ser tributado no consumo”, diz.

Tramitação

A PEC foi apresentada à Câmara Federal em fevereiro de 2008. Em novembro do mesmo ano, foi aprovada na Comissão Especial de Reforma Tributária. No momento, estão sendo feitos alguns ajustes no texto e a previsão é que seja votado na Câmara no primeiro semestre deste ano. Após a votação, o texto será enviado para o plenário do Senado. Em seguida, volta para apreciação da Câmara e depois é encaminhado para sanção da Presidência. ●

Camadas espessas de abominações sempre frescas



Higiene e políticas sanitárias não eram exatamente o forte do Rio de Janeiro no início do século XIX: John Luccock, um representante comercial inglês, morou no município durante dez anos e, em 1808, era assim que ele descrevia o ambiente:

“No interior das casas do Rio acha-se uma tina destinada a receber todas as imundícies e refugos, que, em alguns casos, é levada e esvaziada diariamente, noutros, somente uma vez por semana. Se acontece desabar um súbito aguaceiro, logo surgem das portas esses barris e despeja-se-lhes o conteúdo em plena rua, deixando-se que a enxurrada o leve. Nas casas em que não se

usa desses barris, toda espécie de detrito é atirada no pátio, formando a montoeira mais repugnante de que é possível uma imaginação limpa fazer ideia. E ali fica, ajudando a criar insetos e originando doenças, à espera de que as pesadas chuvas do trópico a levem. As praias, os terrenos baldios e os becos apresentam camadas espessas de abominações sempre frescas. Não há lixeiros, nem varredores, nem homens públicos cuja obrigação seja a de preveni-las ou curá-las, e pouquíssimos particulares que dêem mostras de sensibilidade a esses fatos”.

Fonte: A vigilância sanitária na história do Brasil, de Eduardo Bueno.

PRA LEMBRAR

23/março

Com a tarefa de acabar com as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola no Rio de Janeiro, o médico sanitarista Oswaldo Cruz assumiu em 1903 a Diretoria Geral de Saúde Pública.

08/março

Em 1857, 129 tecelãs de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque fizeram a primeira greve norte-americana conduzida somente por mulheres, para reivindicar o direito à jornada de trabalho de dez horas. Os donos da empresa e policiais trancaram as operárias dentro da fábrica e atearam fogo, matando carbonizadas todas elas. Em 1910, a lembrança do episódio fez com que o dia 8 de março fosse declarado Dia Internacional da Mulher.

31/março

Deflagrado o golpe militar contra o governo de João Goulart, em 1964.

07/abril

A Organização Mundial da Saúde foi fundada em 1947, subordinada à Organização das Nações Unidas. Sua constituição define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de afecção ou doença”. Hoje, no dia 7 de abril se comemora o Dia Mundial da Saúde.



ROTINA PESADA PARA OS MENORES

Nos anos 1800, o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro admitia meninos pobres entre 8 e 12 anos de idade para aprenderem um ofício e serem instruídos no desenho e nas ‘primeiras letras’. O regulamento 113, de 3 de janeiro de 1842, estabelecia a rotina na Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal: ‘Os Aprendizes Menores deverão estar acordados ao romper do dia; depois de lavados e vestidos entrarão em forma de revista; e desta marcharão por esquadras para as Aulas ou Oficinas, terão meia hora de descanso para almoçarem; jantarão à meia hora depois do meio dia, e às duas regressarão para as Aulas ou Oficinas, depois da ceia se recolherão aos dormitórios, onde serão entretidos uma hora na instrução da doutrina e rezas cristãs. Darão graças a Deus ao levantar da cama, depois do jantar e da ceia; ouvirão Missa todos os domingos e Dias santos (...). O tempo que ficar livre aos menores de suas obrigações ordinárias será empregado em recreações inocentes, exercícios ginásticos, e passeios fora do Arsenal nos dias que não forem de trabalho. Em ocasiões oportunas serão exercitados na natação.

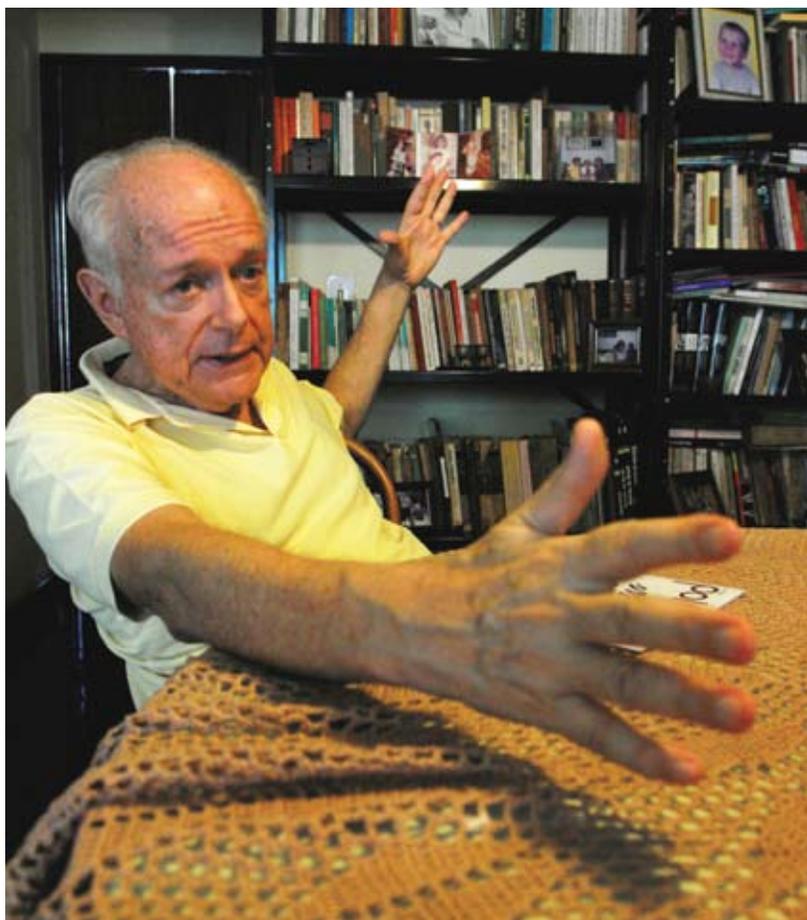
Fonte: O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata, de Luiz Antônio Cunha

LEANDRO KONDER

‘A ética ajuda a permanecer na luta’

Sandra Pereira

Dedicção ao conhecimento, uma vasta produção acadêmica e a luta política por um mundo justo: esses são os principais destaques da trajetória de vida que Leandro Konder nos conta na sua autobiografia, lançada no final do ano passado. O nome do livro — ‘Memórias de um intelectual comunista’ — não deixa dúvidas: Konder continua acreditando no socialismo como caminho para uma sociedade igualitária e democrática. Hoje, no entanto, ele acha que um revisionismo, antes tão criticado, é imprescindível para esse projeto socialista. Atualmente professor do Departamento de Educação da PUC-Rio, Konder é doutor em Filosofia e tem mais de 20 livros publicados, inclusive romances. Para a Revista Poli, ele falou sobre o papel dos movimentos sociais, destacando, no entanto, a importância dos partidos políticos para as mudanças estruturais. Aparentou a ética como motor para a continuidade da luta, fez um balanço das vitórias e derrotas da esquerda ao longo do século XX e falou sobre a relação entre educação e ideologia. Esta entrevista, que é uma aula de filosofia, política, educação — e de vida —, deve ser lida também como uma homenagem a um dos maiores nomes da esquerda brasileira.



Raquel Torres

Sua história está ligada à história da esquerda no Brasil. Olhando para o país e o mundo hoje, que sentimento prevalece: decepção, orgulho, esperança...?

Acho que um pouco de todas as opções. Decepção do ponto de vista da consciência social e da disposição das pessoas em eliminar o agravamento das desigualdades, para tornar a sociedade menos injusta. Por outro lado, fomos surpreendidos pelo crescimento econômico, pela modernização, que pode ser um saco. Portanto, não consigo me encaixar em nenhuma dessas opções.

Após a década de 1990, com a queda do bloco socialista, houve uma crise no que diz respeito às utopias. O sr. ainda acredita que o caminho da transformação é o socialismo?

Eu acredito sim, mas é preciso que a proposta socialista se submeta a uma revisão drástica. Nós chegamos a criticar muito os revisionistas, dizíamos que eles não estavam com nada. Hoje, vemos que o socialismo precisa passar por uma revisão enérgica. A experiência com a União Soviética, por exemplo, mostrou que existem projetos e propostas marxistas que

funcionam mal, pois acumulam fatores de destruição interna muito poderosos, fatores estes que subestimávamos. Lembro que havia os trotskistas, que estavam à minha esquerda, que avisavam: “O barco vai afundar”. Certo. O barco afundou e eles foram junto. Isso é muito triste. Fico emocionado quando toco nesse assunto.

Em que termos o socialismo deve ser revisado?

Nos termos da democracia e da liberdade, principalmente. Precisamos de concepções mais amplas, concretas, decididas de criação de espaços de controle do exercício do poder.

A democracia e a liberdade são possíveis no capitalismo?

Acho que isso até pode ser possível, mas muito, muito difícil, pois a liberdade e a democracia entrariam em conflito com o capitalismo. O exercício de uma política socializante, ainda que moderada, seria contrário aos interesses das grandes empresas e do Estado capitalista. O jogo é bem mais complicado do que tínhamos.

E o Marxismo hoje?

Precisa ser revisto. Para essa compreensão, eu gosto muito do filósofo tcheco Karel Kosik, morto em 2003, quando eu estava tentando trazê-lo ao Brasil. Ele, que teve importantes posições durante a ‘Primavera de Praga’, tinha opiniões muito interessantes a respeito da revisão do marxismo. Gosto também do Michel Löwy, do historiador Perry Anderson, todos marxistas que não se entregaram. A filosofia de Marx precisa ser revista para recuperar a radicalidade da sua intervenção transformadora. Antes nós tínhamos medo do revisionismo. Hoje o revisionismo de Marx passa a ser uma esperança.

No seu último livro ‘Memórias de um intelectual comunista’, o sr. diz que, em suas derrotas, a ética o consolou. Em que medida os órfãos de uma ‘es-

querda’, que saiu do seu rumo se encaixam nessa frase?

A ideia pode se referir ao desânimo da esquerda nas últimas décadas. E estamos todos desanimados com razão, pois sofremos derrotas importantes. Mas o fato é: mantemos nossos valores éticos. Nós, militantes de esquerda, não nos tornamos militantes, não brigamos por um mundo melhor por acaso. Nós continuamos acreditando na perspectiva de sustentar os valores de liberdade, de igualdade para todos. São valores, comprometimentos e reivindicações que incomodam os interesses da classe dominante. A ética ajuda quem desanima a permanecer na luta. Por isso, temos que continuar, até porque nós somos viciados em incomodar certos setores.

O importante é não se omitir. Saber que esse é o nosso território por excelência: guerras que nós travamos ao longo da história. Na medida em que a história é feita por eles, será feita por nós, terá que ser contra eles, e eles sabem disso. Mas é importante dizer que a ética por si só não muda ninguém. Depende do indivíduo, de ele ver um semelhante sofrendo com injustiça e se indignar com aquilo, querer mudar, transformar aquela situação.

Qual foi, ao longo do século XX, e qual é hoje, na sua opinião, o papel dos movimentos sociais mais estruturais, como o MST, e de movimentos ligados às minorias?

Essa é uma questão importante e bastante complicada, tanto que dava pra falarmos só sobre isso. Tenho trocado muitas ideias a respeito desse assunto com os companheiros e amigos mais

constantes, como Milton Temer e Carlos Nelson Coutinho. Antes de falar da importância dos movimentos sociais ao longo do século XX, é importante ressaltar a diferença entre movimentos sociais e partidos políticos. Há uma discussão e valorização da organização dos movimentos e às vezes vejo que existe uma esperança de que eles possam sozinhos nos tirar do buraco. Eles são extremamente importantes, mas não bastam, porque tem coisa que só os partidos podem fazer. O limite se dá quando o partido segue a orientação de uma ação histórica que vai transformar a sociedade e vai criar condições para que ela seja menos injusta. Por isso acredito que o partido político é a forma adequada para resolver certos problemas e conflitos, que são tocados também pelos movimentos, mas estes são um caminho, não a solução. Os movimentos mostram inquietação, reivindicação de certos grupos, de rebeldes, mas não servem para resolver os problemas da sociedade. Eles são fortes, imprescindíveis, mas têm limites. Acho que os movimentos sociais ao longo do século XX evitaram e continuam evitando que acabemos numa simplificação excessiva, perversa, da diversidade humana. Se alguém não estiver enxergando a diversidade que os movimentos têm trazido, esse alguém tem que desconfiar de que está meio ‘cegueta’. Eles mostram que somos muito variados e isso é bom. Nós somos interessantes na medida em que somos variados. Quando tentamos ser parecidos, nos tornamos muito chatos. Talvez possamos repensar uma aliança entre essas duas formas de organização.

A América Latina conheceu um tipo de socialismo pela revolução cubana. Hoje, vários países do continente elegem, democraticamente, governos considerados de esquerda. É possível essa transformação pelas vias democráticas?

Eu sou do tempo do Salvador Allende, que seguia nessa direção. Depois, ele foi severamente cas-

tigado pelas forças reacionárias, com o apoio dos Estados Unidos. Na época, existia uma guerra para derrubar o Allende. Ele simbolizava isso: a socialização dos meios de produção pelas vias democráticas. Isso não podemos esquecer. Em relação aos governos da Venezuela, Paraguai, Equador e Bolívia, eu os vejo com uma simpatia natural, mas achando meio esquisitos (risos). Vejo-os como governos de esquerda, mas sem endeuçamento, pois ouço muita besteira daquela esquerda. Sei disso porque também já falei muita bobagem (risos). Sobre Cuba, estive lá em 1981, quando participei de um congresso convocado pelo escritor Gabriel García Márquez, e a situação já era muito difícil. Viviam-se a iminência de uma invasão. Nesse encontro, aconteceu um episódio engraçado. Na época, não havia voos diretos para Havana. Por isso, precisamos ir para o Peru. Lá, me pediram para criar um ambiente agradável para o físico Mario Schenberg, para evitar o mau humor dele. Conte algumas histórias divertidas. Ele gostou e me disseram que eu tive sucesso. Fiquei feliz. Depois, soube que ele disse: “O Leandro é tão engraçado, tão simpático que eu até esqueço as bobagens que ele escreve” (risos). Mas voltando, li no jornal de hoje (03/03) que alguns membros do governo de Fidel deixaram o poder. Essa ruptura a que assistimos em Cuba seria inevitável: é difícil manter esse isolamento.

E a crise econômica atual, de fato, é uma derrota do neoliberalismo?

Nessas horas, vemos que o capitalismo pifa, o capital financeiro se embola todo. Mas eu acho que existem mudanças e mudanças. Mudanças espetaculares, como essa que nós estamos vendo, e mudanças mais profundas. Estávamos falando há pouco que acreditamos que deve haver mudanças no socialismo. A revisão também vale para o capitalismo. Como marxista, eu entendo que o quadro mais dramático aparece quando estu-

damos a classe operária. Quando Marx fala em classe operária em ‘O Capital’ ele tinha diante de si uma realidade que era clara: um conjunto de trabalhadores da indústria. Dessa ideia, ele extraía muita coisa. Não existe mais aquela classe operária. Hoje, existe um conjunto de trabalhadores, que é uma massa muito mais diversificada do que a do passado. O computador só ajuda a aumentar essa diversidade. Você tinha uma fábrica, que tinha uma divisão interna de trabalho com representação relativamente fácil. Hoje, temos muitas especialidades e nós estamos atrasados em termos de compreensão desse mundo.

É uma derrota para o capitalismo?

O capitalismo, sem dúvida, está sofrendo uma derrota histórica, mas condicionada e limitada pelas circunstâncias de hoje. Walter Benjamin, um autor de quem gosto muito, dizia que o capitalismo não vai morrer de morte natural. Ele pode sofrer com crises, mas consegue se recuperar. O que ele precisa é ser superado.

Qual é o papel da escola (da educação e da produção de conhecimento) para a luta ideológica?

A educação é um terreno contraditório. Ao mesmo tempo em que você está fazendo uma tarefa encomendada de adaptação do indivíduo ao meio social, atuando numa tarefa dada pela classe dominante de justificar as bases da sociedade, você tem que levar em conta que, mesmo camuflando suas verdadeiras motivações, o educador é obrigado a fazer a educação verdadeira, porque a educação não se reduz a uma atividade de mentiras. Em algum momento, ele tem que dizer alguma coisa verdadeira. E o professor é portador da contradição. Ele vai lá e diz algo em que acredita e logo após diz algo que contradiz o que falou anteriormente. É quando ele não consegue ser convincente. Ele precisa do conhecimento, que é sempre o caminho. O conceito de

Marx que dá conta disso é a ideologia, que é a distorção do conhecimento que pressupõe o conhecimento. Sem conhecimento não há ideologia. Gramsci, que é um ótimo marxista, também trabalha nisso. Hoje existem bons marxistas, ainda que poucos, trabalhando na educação e na área social. No Brasil, de forma geral, os intelectuais de esquerda estão perplexos, confusos, mas inquietos. Isso é importante.

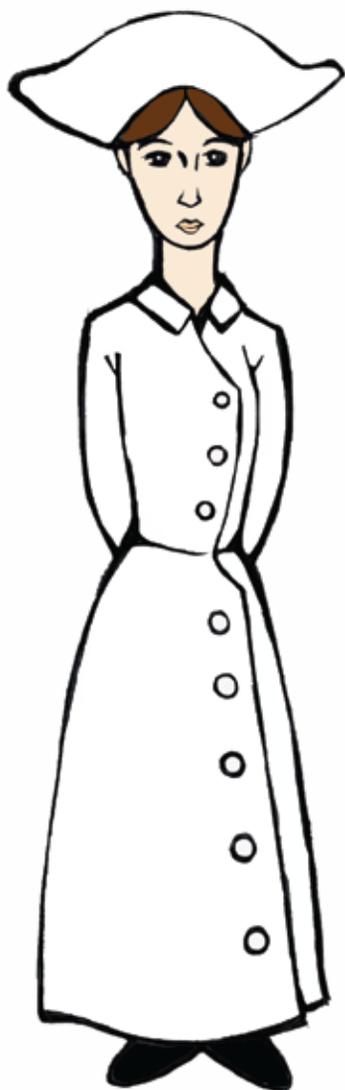
Uma das principais bandeiras da educação politécnica é o fim da dualidade educacional, que se apresenta como separação entre teoria e prática, formação geral e formação para o trabalho. Existem avanços concretos nesse sentido?

Na verdade, é difícil falar em avanços. Paulo Freire, de certa forma, trabalhou nessa direção. São anseios importantes que nós temos. Esse é um problema antigo da filosofia: a teoria e a prática. Temos que voltar a Marx. Ele tem alguns conceitos políticos superados e outros limitados, marcados pelas circunstâncias, mas como filósofo, é genial. É meu interlocutor predileto. Vejo que a abordagem original dele não foi entendida. A teoria de práxis diz o seguinte: a relação entre teoria e prática só pode ser bem compreendida se você, participando do processo ao vivo, souber perceber o quanto a prática precisa dessa teoria e essa teoria se aplica àquela práxis. Então temos como ponto de partida a atividade. Só que não qualquer atividade, como atividades mecânicas que não nos desafiam, não exigem uma renovação do ponto de vista de um certo compromisso prático. Enfim, temos que explorar esse caminho, que é um caminho tênue, precário, mas é o nosso caminho sempre. Existe a prática do chope com os amigos que é legítima, respeitabilíssima, por exemplo. Mas a prática do cidadão complica, porque ele tem que fazer escolhas e fundamentar essas escolhas com a teoria. E não é - não pode ser - qualquer teoria. ●

Profissionalização na Enfermagem

No Brasil, campo nasce a partir da necessidade de técnicos qualificados de nível médio para a área sanitária

Sandra Pereira



Foi no contexto de intensa mobilização capitalista, em que o Brasil vivia as influências da Revolução Industrial, que surgiu o profissional de enfermagem no país, integrando um pacote de ações que buscavam favorecer a relação entre capital e trabalho, patrocinada pelo Estado. “No final do século XIX e início do século XX, a massa dos trabalhadores da área da saúde era de práticos: de enfermagem, odontologia e por aí vai”, explica Julio Lima, professor-pesquisador do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz. Essa realidade mudou a partir das necessidades do Estado. A sociedade brasileira precisava garantir à indústria, em plena expansão, pessoas saudáveis e disciplinadas. Só para se ter uma ideia, em 1920, o país já registrava a existência de 13.336 estabelecimentos industriais, que empregavam a mão-de-obra de 275.512 trabalhadores.

Além disso, nesse momento, o Brasil se deparava com um movimento social intenso. São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre lideram significativos movimentos grevistas em prol de melhores condições de vida. Socialismo e anarquismo eram bandeiras presentes nos movimentos de massa. A atenção à saúde também entrou na pauta das reivindicações. Em nome do progresso, a ordem era controlar as tensões sociais.

No campo da saúde, uma das principais medidas adotadas pelo Estado se dirigiu aos trabalhadores inseridos no mercado urbano de setores de ponta, nos espaços geográficos que primeiro se industrializaram, com o objetivo de proteger o desenvolvimento capitalista. Na época, precisava-se minimizar, por exemplo, as constantes epidemias, principalmente a de febre amarela, que atormentava os trabalhadores no Rio de Janeiro. O combate à pobreza e às doenças parecia uma condição fundamental à estabilização política e organização de um novo mercado de trabalho. Nesse sentido, a saúde pública passou a ocupar-se sobretudo da educação dos indivíduos, visando ao controle das doenças através de

ações pedagógicas junto à família. Era o sanitarismo entrando em cena e tendo como um dos protagonistas a enfermagem, cujo corpo profissional era formado majoritariamente por mulheres. “A administração sanitária surgiu como uma responsabilidade do Estado, ou seja, responsável pela definição das linhas de atuação e organização em saúde pública, da formulação dos códigos sanitários, por estabelecer, normatizar e financiar serviços nacionais de saúde, e pela formação de pessoal especializado, principalmente médicos higienistas e enfermeiras de higiene”, diz Julio.

Ele explica que, diferentemente da Inglaterra e Estados Unidos, a enfermagem se institucionalizou, no Brasil, como profissão a partir do trabalho de saúde pública e não do trabalho hospitalar. “Foi a partir do argumento da necessidade de técnicos qualificados de nível médio para a área sanitária que o Estado brasileiro assumiu, em 1923, a profissionalização das enfermeiras de higiene, a partir da criação da Escola de Enfermeiras vinculada ao antigo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), denominada Escola de Enfermagem Ana Néri, em 1926”, conta Julio. A Escola foi incorporada à Universidade do Brasil pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937.

A escola Ana Néri foi criada pelo Decreto 15.799, de 1922, assentada nos princípios da primeira escola inglesa de treinamento de enfermeiras Nightingale. Julio explica que o modelo Nightingaliano instalou-se no Brasil com a Missão Parsons, um grupo de enfermeiras norte-americanas, que sob a liderança de Ethel Parsons, chegaram aqui para organizar a Escola de Enfermeiras, financiada com recursos estrangeiros, vindo da Repartição Internacional de Saúde da **Fundação Rockefeller**. “A formação proposta pelo sistema serviu de modelo para as diversas escolhas surgidas posteriormente, envolvendo ensinamentos técnico-científicos, estágio prático, exigência de uma sólida formação moral, considerando os aspectos físicos, intelectual, a origem socioeconômica e a aptidão profissional”, aponta a doutora em

psicologia clínica Rosa Maranhão em sua tese ‘Reforma Psiquiátrica: novas cartografias de trabalho para os técnicos e auxiliares de enfermagem psiquiátrica?’.

Segundo dados divulgados no trabalho de Rosa, os princípios básicos defendidos pelo modelo eram: preocupação com a conduta pessoal das alunas; recomendação para que a direção da escola estivesse a cargo das enfermeiras e não de médicos e a “exigência de ensino teórico sistematizado e autonomia financeira e pedagógica. E mais: as professoras ainda impunham que apenas ‘moças brancas’ frequentassem o curso de enfermagem”.

Para Julio Lima, a Ana Neri é o embrião da profissão, porque foi lá que se começou a discutir a formação dos outros profissionais: auxiliares e técnicos de enfermagem. O pesquisador critica, no entanto, o fato de o projeto ser espelhado numa sociedade com a realidade completamente diferente da brasileira. “O objetivo era compor um Estado maior com oficiais responsáveis pela condução e organização do sistema, e seus soldados. Tanto para os higienistas, como para a Missão Parsons, a resolução dos nossos problemas sanitários era uma questão de administração sanitária e formação de técnicos especializados, sem considerar as profundas diferenças econômicas, sociais, políticas e culturais existentes entre o Brasil e EUA”, escreve Julio, em sua tese de doutorado.

Ele esclarece ainda que “a ênfase institucional era o trabalho de saúde pública, mas o objetivo era educar enfermeiras diplomadas, tanto para os serviços sanitários, como para os trabalhos gerais e especializados dos

hospitais, conferindo assim uma base polivalente de formação. Entretanto, a proposta curricular abrigava um forte componente médico-curativo e as alunas eram obrigadas a prestar oito horas de serviços diários no Hospital São Francisco de Assis, também conhecido como Hospital Geral de Assistência”.

A luta pelo reconhecimento

“A formação de enfermeiras no Brasil, de 1949 a 1961, era de nível médio. De fato, a enfermagem só se torna um curso de nível superior com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961”, explica a tese de doutorado de Julio Lima. Em 1949, o auxiliar de enfermagem foi reconhecido oficialmente – fruto de uma necessidade das próprias enfermeiras – e, em 1967, foi a vez dos técnicos de enfermagem. A Lei de nº 775/1949 define dois tipos de cursos: o de enfermagem e de auxiliares de enfermagem. Segundo Júlio, “no concreto, não há diferença nas atribuições profissionais de práticos, atendentes e auxiliares de enfermagem”.

Com a criação da Escola Ana Néri, o ‘conhecimento’ surgiu como o principal argumento de separação. A enfermeiras passaram a reivindicar uma ascensão para o nível superior. “Na verdade, a grande briga das enfermeiras era a eliminação dos práticos”, explica Julio. A partir da lei do exercício profissional de enfermagem, foi feita a seguinte divisão: enfermeiros voltados para a gerência, concepção, supervisão e organização do trabalho e os auxiliares voltados para o trabalho manual”, diz.

A concorrência fez com que as enfermeiras elevassem a importância do conhecimento no cuidado ao paciente, apontando o exercício dos práticos, que só possuíam tempo de trabalho no currículo, como atividade ilegal. Nesse sentido, uma cláusula de contrato entre o DNSP e a Fundação Rockefeller, em 1926, inclinava a favor dos interesses das enfermeiras. O Departamento era obrigado “a empregar toda a sua influência para conseguir a criação de uma lei federal estabelecendo deter-

minadas exigências para a profissão de enfermeira”, diz o texto de Julio.

As várias tentativas da enfermagem para acabar com a profissão dos práticos mobilizavam o conjunto dos práticos de enfermagem na luta pelo reconhecimento profissional. “Esses profissionais vão se mobilizar principalmente em sindicatos próprios que incorporavam o conjunto de trabalhadores práticos no campo da saúde (do trabalho hospitalar)”, conta Julio.

A organização dessa categoria durante anos, somada à inquietação de outros setores contra as intenções das enfermeiras, desencadeou a aprovação do Decreto nº 23.774, de 22/01/1934, que estendeu aos práticos de enfermagem o direito ao exercício da enfermagem, mas com um detalhe: a obrigação de realizar prova de habilitação junto ao DNSP.

“Mulher que cuida”

Certo dia do ano de 1953, um jornal de Niterói, no Rio de Janeiro, publicou um anúncio que convidava o público feminino a ingressar numa ocupação fora do ambiente familiar, apelando “às moças no sentido de seguirem a mais nobre e bela profissão da mulher, a de enfermeira.” A enfermagem, em seu início, tinha como alvo, no entanto, apenas às mulheres em quem se reconhecia o respeito a um conjunto de valores. “A enfermagem passou a ser quase uma extensão do lar”, escreve Rosa Maranhão.

E ela conta que a enfermagem nasceu ligada ao feminino até no nome. “A etimologia da palavra ‘nurse’, registrada em língua inglesa, pela primeira vez, no ano de 1526, tinha o sentido de ‘mulher que amamenta ou que cuida’, explica. Em seu trabalho, a pesquisadora cita que no plano global, o fato de a enfermagem estar associada à mulher reduzida às atividades que lembram a administração do lar, mãe e aos atributos que acompanham essa função, faz com que a enfermagem brote mais como “arte, vocação e sacerdócio do que profissão, mantendo nas escolas e hospitais um espírito vocacional e submisso”. ●

Criada em 1913, a Fundação Rockefeller se instalou no Brasil em 1916. Tinha como objetivo implantar em vários países medidas sanitárias baseadas no modelo norte-americano, com a prioridade de empreender o controle internacional da febre amarela e da malária.

Mercado de Trabalho: pesquisas revelam a permanência da desigualdade entre os sexos

Mulheres ainda sofrem com o desemprego e diferenças salariais

Maíra Mathias

A relação entre emancipação feminina e trabalho é estreita. Não por acaso, a história do Dia Internacional da Mulher, data que homenageia as lutas pela ampliação dos direitos femininos, está ligada a diversos episódios envolvendo trabalhadoras grevistas e repressão violenta. Hoje, décadas depois desses acontecimentos, ainda há muito a alcançar: no mundo inteiro a relação entre gênero e mercado de trabalho é desfavorável para as mulheres. Três pesquisas recentes trazem dados novos para essa discussão.

É do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o boletim 'Mulher e Trabalho', que traz os mais recentes números sobre o principal mercado do país: a região metropolitana de São Paulo. Com uma população total estimada em 19,7 milhões e cerca de 8,9 milhões de pessoas ocupadas, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego de janeiro deste ano, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área é um espelho das principais contradições que rondam o tema.

O crescimento alcançado pela economia brasileira nos três primeiros trimestres de 2008 (antes da crise) beneficiou mais os homens - o desemprego entre eles diminuiu de 12,3% para 10,7%, enquanto que entre elas a queda foi menor: de 17,8% para 16,5%, o que configura a pior diferença relativa entre gêneros em 20 anos. Por outro lado, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho voltou a crescer. Estagnada desde 2005, passou dos 55,1% apresentados em 2007 para 56,4%, em 2008. O crescimento entre os homens foi menor, de 71,4 para 72%.

Ainda segundo o boletim do Dieese, as mulheres continuam ganhando menos no desempenho dos mesmos cargos. O rendimento médio por hora trabalhada entre os homens é de R\$ 7,53, ao passo que

o das mulheres é de R\$ 5,76. É o equivalente a atestar que o trabalho feminino vale, em dinheiro, apenas 76,5% do masculino. E esse resultado não é restrito a São Paulo. A Confederação Internacional dos Sindicatos (Ituc) mostra que essa diferença salarial é uma questão nacional: entre 20 países analisados pela pesquisa '(Des)igualdade de gênero no mercado de trabalho', o Brasil é o que apresenta a pior brecha entre salários. Enquanto a média global é de 22%, as brasileiras ganham 38,5% a menos, resultado mais agudo, mas que, no entanto, não deixa de ir ao encontro das apurações do Dieese/Seade.

O estudo do Ituc foi feito a partir das respostas dadas por 300 mil trabalhadores a um questionário virtual. Apesar de o perfil dos pesquisados ser ao mesmo tempo diversificado - além do Brasil, participaram África do Sul, Alemanha, Argentina, Chile, Coréia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Holanda, Hungria, Índia, Itália, México, Paraguai, Polônia, Reino Unido, Rússia e Suécia - e restrito, já que quem tem acesso à internet são os estratos de maior renda dessas populações, os resultados detectados apontam para tendências globais.

Entre os dados revelados está a diferença de renda dos sexos. Ao contrário do que se imagina, a brecha salarial entre homens e mulheres parece aumentar de acordo com os níveis de escolaridade. E embora os países apontados pelo Ituc como exemplos dessa tendência sejam Alemanha, Dinamarca, Espanha e Polônia - todos europeus -, o Dieese obteve resultados semelhantes. "Segundo o nível de instrução, os rendimentos horários médios das mulheres ocupadas aumentaram para as menos escolarizadas e diminuíram para as mais instruídas. Em razão deste comportamento, aproximaram-se os rendimentos médios entre homens e mulheres que não sabiam ler ou escrever (de 65,6%, em 2007, para 69,9%, em 2008) e distanciaram-se para

aqueles que têm o ensino superior completo (de 71,3% para 63,9%)”, afirma o boletim brasileiro.

Jornada dupla

Uma explicação possível para esse fenômeno poderia ser o fato de mulheres com alta qualificação muitas vezes assumirem cargos destinados a pessoas abaixo de sua escolaridade ou se dedicarem a trabalhos em tempo parcial, ao contrário dos homens que, em sua maioria, trabalham em tempo integral (logo, têm uma remuneração maior). O motivo? A dupla jornada. Enquanto só a metade dos homens afirma realizar afazeres domésticos, nove em cada dez mulheres têm essa atribuição, segundo o IBGE. Para elas, a saída para o mercado de trabalho não significa deixar de fazer tais atividades, pelo contrário: a participação delas quando ocupadas é ainda maior (92%). A proporção de horas dedicadas ao lar e aos cuidados à família também é discrepante: em média, eles dedicam nove horas semanais, ao passo que elas assumem uma carga de 20 horas.

A repactuação dos papéis sociais parece estar migrando para o centro das discussões sobre gênero. Entre os dias 16 e 18 de março, em Brasília, o seminário ‘O Desafio do Equilíbrio entre Trabalho, Família e Vida Pessoal’, realizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) marcou a pressão para que o Brasil assine a **Convenção 156**. “As mulheres vão para o mundo produtivo carregando nas costas o trabalho reprodutivo”, afirma Hildete Pereira de Melo, professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O ingresso no mercado

A questão também é tratada por uma pesquisa desenvolvida pelo Centro Internacional de Po-

breza (IPC, na sigla em inglês), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que concluiu que uma das prioridades no desenho das políticas na América Latina deve ser a garantia do acesso ao mercado de trabalho. O estudo procurou entender a ligação entre a pobreza e a iniquidade de gênero em oito países: Argentina, Brasil, Chile, República Dominicana, El Salvador, México, Paraguai e Uruguai. Para isso, foram simulados três cenários ideais, nos quais não haveria diferença entre homens e mulheres primeiro na participação na economia, segundo nas taxas de desemprego e informalidade e terceiro na remuneração. Embora a metodologia usada não seja infalível, por isolar um fator sem que as demais variáveis sejam alteradas, para todos os países o resultado mais expressivo se daria por uma melhora do ingresso da mulher no mercado - no Brasil, a pobreza diminuiria em até 20%. “Atingir esse equilíbrio é importante, principalmente no caso das mulheres pobres, e deveria ser elemento central das políticas públicas que pretendem assistir o problema”, diz o IPC.

Um ponto crucial para a mudança desse cenário, abordado pelo Plano Nacional de Políticas para Mulheres, aprovado na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2007, é a criação de creches. Eunice Lea de Moraes, coordenadora da área do trabalho da SPM, explica que o Plano, interministerial, prevê uma atuação do Ministério da Educação (MEC) junto às prefeituras – que são a instância responsável pelas creches: “Sabemos que além da construção de mais creches é preciso que haja uma ampliação dos horários de atendimento, reivindicação das mulheres que têm seu turno de trabalho à noite”, informa. No entanto, a situação ainda está muito longe da ideal. “Uma coisa que não existe no Brasil é creche. É imprescindível que o trabalho doméstico seja distribuído pela sociedade”, lembra Hildete Pereira.

Crise

De acordo com o Ituc, as crises econômicas tendem a afetar mais as mulheres do que os homens: “Os cortes de gastos com saúde, proteção social e educação por parte dos governos afetam ainda mais a elas”, diz o relatório. Assim, para o Instituto, é necessário avaliar a implicação de gênero nas crises econômicas e incorporar o fator gênero no desenvolvimento de iniciativas políticas.

Segundo o boletim ‘Mulher e Trabalho’, as famílias mais frágeis são aquelas chefiadas por mulheres e em que há filhos com menos de 14 anos de idade. O estudo apontou que elas representam 62,5% dos 50% mais pobres. Hildete concorda: “Essas são as famílias que se encontram em situação mais precária e vulnerável”, afirma a professora. Ela ressalta que, com a crise financeira, provavelmente o emprego está mais ameaçado em setores industriais, em que ainda há mais homens. “Mas a economia é uma cadeia e, quando cai uma carta do baralho, as outras também sofrem. O mundo da informalidade, dos pequenos negócios e os empregos domésticos remunerados, majoritariamente campos de ocupação dessas mulheres, vão sofrer um impacto também, a menos que o governo tome algumas medidas pró-cíclicas, para que haja uma amenização”, alerta. ●

Elaborado pela Organização Internacional do Trabalho em 1981, esse documento é o primeiro a atingir a diferença entre homens e mulheres no que diz respeito às responsabilidades familiares. Dos 182 países filiados à OIT, apenas 40 são signatários e o Brasil não está entre eles. Durante o Seminário, o endosso brasileiro foi abordado pela ministra da SPM, Nilcéa Freire, que defendeu que o governo envie ao Congresso o pedido de ratificação.

Formação Profissional em destaque

Novo programa do governo federal tem como foco a ampliação da oferta da educação profissional em estados e municípios

Maíra Mathias

O Centro Paula Souza, autarquia do governo de São Paulo ligada à Secretaria de Desenvolvimento, responsável pela área de educação profissional no estado, disse “não ser verdade que o estado recuse dinheiro do Ministério”. A instituição afirma ter tratado sobre esse assunto com o MEC duas vezes no ano passado: no primeiro semestre, quando técnicos do Ministério apresentaram as diretrizes do programa e em julho, quando a Superintendência foi à Brasília solicitar que os recursos fossem repassados à Secretaria de Desenvolvimento, e não à de Educação, como prevê o programa. Já a assessoria da Secretaria de Educação de Minas enviou à revista *Poli* dados sobre o Programa de Educação Profissional (PEP) do estado, mas não deu mais informações sobre sua relação com o programa do MEC.

Estimular o fortalecimento e a expansão da educação profissional, em todas as suas modalidades, em estados e municípios. Esse é o objetivo do Brasil Profissionalizado, programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC), que pretende investir R\$ 900 milhões nas redes estaduais até 2011, quando está previsto para acabar. Embora tenha sido lançado no ano passado, o programa enfrentará sua primeira prova de fogo em 2009, quando os 18 estados que firmaram convênio com a União começarão a ter acesso aos recursos para implementar suas propostas.

O MEC prevê que os investimentos culminem na criação de 800 mil vagas, na formação de 14 mil professores e na construção de 2.500 laboratórios. Segundo o diretor de articulação institucional da Setec, Gleisson Rubim, o programa deve ser entendido como uma ação articulada à expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. “O governo busca expandir a oferta de educação profissional tanto nas escolas por ele administradas quanto nas unidades estaduais e municipais”, afirma, ressaltando que a União não vai assumir as redes estaduais.

Para receberem os recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os estados precisaram apresentar projetos contendo um diagnóstico da situação da educação profissional em suas redes, nos quais especificaram as escolas ou áreas que deveriam ser contempladas. “Cada pedido tinha que ser caracterizado claramente: qual a escola beneficiária, o que se estava pedindo e qual a quantidade. Em cima disso, técnicos avaliaram a pertinência daquela demanda à realidade na qual a escola estava inserida”, conta Rubim, referindo-se a um dos pontos controversos do programa, que diz respeito à articulação entre o ensino profissional e os chamados ‘arranjos produtivos locais’. Ele explica: “Imagine que, por exemplo, um estado peça um laboratório para o curso de técnico de automação industrial. Nós vamos verificar se a atividade econômica predominante naquela região guarda coerência com a demanda da instituição, se justifica o investimento”. Para o diretor de articulação institucional da Setec, existe um equívoco no entendimento do que seja o arranjo, que é comumente interpretado como o conjunto das empresas instaladas no local. “O arranjo é todo o encadeamento de oportunidades que surgem a partir de uma atividade econômica presente em um local”, rebate.

Os pesquisadores da área, no entanto, sugerem cautela. Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entende a articulação como necessária dentro da sociedade capitalista, mas aponta caminhos para que a formação ultrapasse o utilitarismo do capital: “A escola não deve dirigir a formação para o treinamento de recursos humanos e, tampouco, deve priorizar as demandas particularistas dos setores econômicos locais. A educação profissional deve oferecer uma formação tecnológica integral, que incentive o pensamento crítico sobre o modelo de desenvolvimento e seus impactos ambientais, o mundo do trabalho, as estratégias do capital e, em particular, sobre como funciona o capitalismo naquela região, objetivando qualificar os jovens para que eles possam se engajar em experiências produtivas”. Leher diz que um técnico agrícola, por exemplo, deveria ser capaz de compreender o contexto político e econômico da imposição da revolução verde pelos EUA e suas corporações, os nexos entre esse modelo e a difusão dos transgênicos e as consequências sociais e ambientais desse formato.

Jaqueline Ventura, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), concorda com Leher. “É claro que a educação profissional tem relação direta com o mundo do trabalho. Mas não dá para amarrar a formação só a isso”, afirma, defendendo que é preciso lembrar que a educação profissional deve formar para a vida, inclusive no sentido político.

Ambos apontam como problema uma possível expansão do número de vagas sem a correspondente melhora da qualidade do ensino, uma vez que, apesar de o programa entender como preferencial a opção por cursos

profissionais integrados ao ensino médio, a Setec admite que se exigisse que todas as ações fossem de ensino integrado não se ampliaria tanto a oferta. “Por isso passamos a aceitar outras modalidades, como os cursos subsequentes e concomitantes ao ensino médio”, explica Rubim, garantindo que os projetos aprovados pelo programa “não irão prescindir da formação humanística, desenvolvedora de uma consciência crítica”.

O Programa até agora

No final do ano passado, oito estados ainda não haviam apresentado projetos. Apesar disso, Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro e Rondônia já negociam propostas para as verbas de 2009. Segundo a Setec, a expectativa é que toda a documentação desses estados esteja pronta em abril. “A situação mais preocupante nesse momento é a de Minas Gerais e São Paulo, os únicos que ainda não têm propostas”, ressalta Rubim, informando que a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo recebeu o MEC para uma conversa inicial. Já a situação de Minas é avaliada como “difícil, pois o estado não entende que a adesão ao programa deva ser tratada de forma prioritária”.

Mesmo para os estados que acertaram o convênio em 2008, a verba ainda não havia sido repassada até março. O diretor de articulação institucional garantiu que, embora a descentralização dos recursos estivesse em andamento, as somas já estariam empenhadas em nome dos estados. Rubim explicou também que, caso esses estados tenham interesse em renovar o convênio em 2009, “será fundamental apresentar boa capacidade de execução para acessar novas parcelas de recursos”.

Recursos desiguais

Um ponto que chama a atenção no programa é o desequilíbrio entre os valores acessados pelos estados. Enquanto Roraima, Pernambuco e Sergipe receberão respectivamente R\$ 433 mil, R\$ 803 mil e R\$ 870 mil, o Paraná, sozinho, vai obter R\$ 126 milhões, o equivalente a

25% dos R\$ 500 milhões destinados para todos os projetos de 2008. Isso se deve, segundo Rubim, à capacidade de os estados “qualificarem a sua demanda”. “O volume de recursos que o nosso programa disponibiliza está diretamente relacionado com aquilo que o estado é capaz de estruturar, organizar e nos apresentar”, afirma, completando: “Se o estado está recebendo um recurso de pequena monta, isso significa, na maior parte das vezes, que foi apenas aquele o recurso demandado nesse primeiro momento. Evidentemente, o estado vai ter que correr atrás das informações necessárias para que nós possamos atendê-lo de uma forma mais consistente”.

Para Jaqueline Ventura, a distorção demonstra o quanto a situação da educação profissional é desigual no Brasil. Segundo a chefe do Departamento de Educação e Trabalho da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Sandra Regina Garcia, “a meta com o Brasil Profissionalizado é chegar a 200 mil vagas regulares no ensino médio e no Proeja”. Já no Pará, o diretor de Ensino Médio e Educação Profissional da Secretaria de Educação, Ronaldo Lima, informa que o estado aumentará de 1.800 para 7 mil as vagas do ensino profissional integrado em 2009. “Os estados com menor organicidade vão continuar a acessar menos recursos. Isso é manter uma forma de fazer política que não tem uma proposta de educação básica enquanto sistema de ensino público nacional”, critica Jaqueline.

Roberto Leher lembra ainda que a adequação aos arranjos produtivos locais pode contribuir para a ampliação das desigualdades entre os estados. “O processo do capital sempre imprime desigualdades nos territórios e por isso a política educacional deve buscar uma universalidade que supere essas desigualdades. Ao atribuir aos estados a definição do que é prioritário considerando a base produtiva regional, as profundas desigualdades econômicas entre as regiões serão reproduzidas. As realidades locais devem ser consideradas, mas sem perder de vista um projeto de formação integral do conjunto da juventude trabalhadora”, alerta.

Os dilemas da educação profissional

Roberto Leher explica que “a educação profissional sempre foi organizada por objetivos pragmáticos e utilitaristas para os setores econômicos”. No entanto, historicamente, identifica avanços e retrocessos. “Foi nas décadas de 40 e 50, período da ditadura empresarial-militar, que as mudanças na economia brasileira induziram a uma formação técnica voltada para uma base científica mais ampla”, explica.

O professor lembra que, no final dos anos 1980, o debate sobre a necessidade de uma formação integral, tecnológica ou omnilateral ganhou força. No entanto, os anos 90 acabaram por imprimir uma descontinuidade a essa trajetória. “As corporações multinacionais modificaram suas estratégias produtivas em favor da opção pelas ‘montadoras’ que, como é notório, não envolvem cadeias produtivas complexas. É possível afirmar que os países latino-americanos simplificaram o seu parque produtivo, pois praticamente todas as atividades mais complexas e simbólicas ocorrem nas matrizes. A resultante desse processo afetou profundamente as políticas educacionais”, diz Leher, referindo-se ao Decreto 2.208, editado em 1997 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que apartou a formação profissional do nível médio. “O decreto veio ajustar a educação profissional à agenda neoliberal, pois instituiu a separação entre a formação profissional e a formação propedêutica geral”, diz ele.

Em 2004, o presidente Lula assinou o Decreto 5.154, em que revogou a proibição do ensino profissional em sua modalidade integrada ao ensino médio, mas continuou a permitir que ele fosse oferecido nas modalidades subsequente e concomitante. “O decreto ficou em cima do muro. Quem gostou da fragmentação e concordou com a lógica neoliberal pode continuar a oferecer cursos de ensino profissional baseados em módulos, voltados para o mercado e sem qualquer ligação com uma formação mais ampla. Por outro lado, quem identificou o 2.208 como um retrocesso, pode se rearticular”, diz Jaqueline. ●

Atendimento em saúde bucal

Profissionais de nível médio aumentam a cobertura

Raquel Torres

José Antônio diz que, em geral, as higienistas eram mulheres. “Talvez por essa ser uma profissão que se originava nas enfermeiras, que, nessa época, eram sempre mulheres”, conta.

A atuação integrada de três profissionais – o técnico e o auxiliar em saúde bucal (TSB e ASB, respectivamente) e o cirurgião-dentista – se apresentou nas últimas décadas como uma boa conformação para equipes responsáveis por ações de prevenção, promoção e recuperação em saúde bucal. Nessas equipes, o técnico instrui sobre higiene oral, faz aplicação de flúor nos pacientes, insere material restaurador para reparar cáries e participa da capacitação do ASB, entre outras ações. Já ao auxiliar cabe, por exemplo, preparar o paciente para o atendimento, processar e revelar filmes radiológicos, auxiliar e instrumentar o dentista e o TSB, preparar modelos em gesso e fazer a limpeza do instrumental, dos equipamentos e do ambiente. E o cirurgião-dentista, por sua vez, é responsável por examinar o paciente, realizar pequenas cirurgias, prescrever medicamentos e orquestrar o trabalho da equipe, supervisionando os demais profissionais.

No início dos anos 2000, o Ministério da Saúde determinou que essas equipes passassem a atuar integradas às equipes de saúde da família. E, apesar da sua importância, apenas no ano passado as profissões de nível médio em saúde bucal foram regulamentadas por uma lei federal, a nº11.889. Foi essa a lei que estabeleceu as ações que competem a cada um desses profissionais e deu a eles os nomes atuais – antes disso, eles se chamavam técnico de higiene dental (THD) e auxiliar de consultório dentário (ACD).

Mas a regulamentação tardia não quer dizer que essas ocupações sejam recentes. Elas foram criadas no Brasil há mais de três décadas, quando se percebeu que havia um número enorme de pessoas precisando de assistência. Em 1975, estudos mostravam que cada brasileiro entre 7 e 60 anos tinha, em média, cerca de seis dentes cariados, e que para fazer a reparação em todos esses casos seriam necessários mais de 200 mil dentistas durante um ano. O problema? Nesse tempo, o Brasil contava com apenas 40 mil dentistas.

A observação desses dados, somada às pressões da população para conseguir acesso e ainda à intensa divisão do trabalho — que desde o início do século favorecia o surgimento de técnicos em diversas áreas do conhecimento — fez com que o poder executivo publicasse o Parecer 460/75, oficiali-

zando a habilitação dos então técnico de higiene dental e atendente de consultório dentário. “Quando eles a são bem aproveitados junto ao dentista, o trabalho se agiliza e é possível atender mais pessoas a um custo menor”, explica o cirurgião-dentista e pesquisador José Antônio de Oliveira, da prefeitura municipal de Varre Sai, no Rio de Janeiro, afirmando que, na prática, o Brasil já contava com trabalhadores exercendo funções auxiliares no consultório antes desse parecer.

As origens: Estados Unidos e Nova Zelândia

O primeiro caso de auxiliares de dentistas reconhecidos legalmente aconteceu nos Estados Unidos, ainda em 1907: eram **as higienistas dentais**. De acordo com José Antônio, no fim do século XIX quase todas as crianças americanas tinham dentes cariados e o papel das higienistas estava ligado à tentativa de melhorar essa situação. “No início, elas trabalhavam com crianças em idade escolar e ensinavam a forma correta de escovar os dentes, além de removerem tártaro. Hoje, ainda atuam nos EUA, onde são autônomas e também atendem a adultos”, conta. Também foi nos EUA que surgiram os primeiros programas formais de treinamento para auxiliares, ainda na década de 1910.

A bem-sucedida experiência americana fez com que a Nova Zelândia, anos mais tarde, começasse também a pensar profissionais que melhorassem a saúde bucal naquele país. Assim como nos EUA, a ideia foi começar o trabalho na infância. Assim surgiram as enfermeiras dentais, mulheres que, após um curso de formação de dois anos, atuavam em programas do governo voltados para escolares. Mas seu trabalho era bem mais abrangente que o das higienistas: entre outras ações, elas faziam a restauração de dentes cariados e aplicavam anestesia local. “Enquanto as higienistas americanas são essencialmente cuidadoras, as enfermeiras dentais podem ser consideradas operadoras, porque fazem restaurações sob supervisão indireta do dentista”, ressalta José Antônio. Elas ainda atuam na Nova Zelândia, com o nome de terapeutas dentais e, como as higienistas, passaram a atender também a adultos, tanto na esfera pública quanto na privada.

O atendimento a quatro mãos e o caso brasileiro

A higienista e a enfermeira dental aumentavam o acesso ao atendimento, mas, num contexto de intensa divisão do trabalho, percebeu-se que era possível fazer mais: “Concluiu-se que o uso de um instrumentador, que transferisse ao dentista materiais e instrumentos, seria um avanço. E viu-se também que usar o dentista para abrir cavidades e um outro auxiliar para fechá-las poderia aumentar ainda mais o rendimento”, diz José Antônio. Era o ‘atendimento a quatro mãos’. Ideias como essas levaram os EUA a criarem a instrumentadora dental e fizeram com que, no Brasil, a profissão de THD começasse a germinar.

A primeira experiência brasileira nesse sentido se deu nos anos 1950, quando o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) criou as auxiliares de higiene dental (AHD). “As AHDs foram concebidas como uma espécie de híbrida da instrumentadora e da higienista, sem alcançar as atividades poeradoras das enfermeiras dentais”, conta José Antônio.

O parecer que criou o THD e o ACD, selou, portanto, um processo que já há algum tempo se iniciara. A reforma da educação de 1971, que instituiu um ensino de segundo grau compulsoriamente profissional, foi o empurrão para que isso se concretizasse.

Saúde da Família

Em 2000 uma portaria estabeleceu que os municípios deveriam incluir equipes de saúde bucal no Programa de Saúde da Família (PSF). E Leda Hansen, coordenadora do Centro de Formação Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manuel da Costa Souza (Cefope/RN), diz que boa parte do currículo dos cursos oferecidos a ASB e TSB pelas Escolas Técnicas do SUS é voltado ao PSF. “Embora trabalhem localmente, esses profissionais estão inseridos em uma política nacional. Por isso, nossos conteúdos são, em grande parte, dedicados ao estudo de políticas públicas, principalmente do SUS. Discutimos muito o trabalho em equipe, esclarecemos o papel desses profissionais dentro do sistema e no

Sua criação ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, num convênio firmado entre os governos do Brasil e dos EUA. Na época, o foco era sanear a Amazônia e a região do Vale do Rio Doce. Isso porque essas áreas produziam muita borracha e minério de ferro – exportados para os EUA durante o período – e malária e febre amarela eram comuns entre os trabalhadores locais. Nas décadas seguintes, o serviço se expandiu por outras regiões.

atendimento integral e humanizado. Damos ênfase à sua função social dentro do SUS e do PSF”, explica.

No PSF, há duas conformações possíveis de equipes de saúde bucal: na modalidade I, há um cirurgião-dentista e um ASB. E na modalidade II há, além desses dois profissionais, um TSB. Para José, no entanto, privar as equipes de saúde bucal do técnico é uma escolha contraproducente: “Como o trabalho integrado desses três profissionais agiliza tanto o processo, não vejo razão para que haja equipes na modalidade I, a não ser que a contratação do técnico pelo município ainda não tenha se tornado possível”, avalia.

Ele também acredita que, para que o serviço se tornasse melhor, seria necessário que que o trabalho em saúde bucal estivesse realmente integrado às equipes de saúde da família. “Um dos grandes problemas, nesse sentido, é a pouca ou nenhuma atuação do agente comunitário de saúde (ACS) em ações de saúde bucal. Ele poderia ficar responsável por questões relativas à higiene bucal, enquanto o técnico poderia usar a maior parte do seu tempo em atividades operatórias junto ao dentista, aumentando o acesso à assistência curativa, uma vez que ainda há muita necessidade de restauração”, pondera, concluindo: “Essa seria uma divisão mais racional. Mas, infelizmente, mesmo após quase dez anos de saúde bucal no PSF, parece-me que o trabalho do ACS ainda está limitado às ações de enfermagem”.

Problemas na regulamentação

Mesmo que o Parecer tenha criado as duas profissões, ainda era preciso que uma lei federal as regulamentasse, estabelecendo exatamente que funções caberiam a esses trabalhadores. E a espera foi longa: a regulamentação só veio em 2008, mais

de 30 anos após a criação das funções. Por quê?

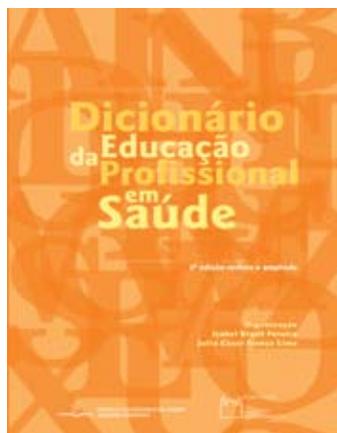
De acordo com José Antônio, o grande problema foi uma luta corporativa por competências. Ele explica: “A questão começa sempre que se permite que um outro profissional, que não o dentista, tenha acesso à boca dos pacientes. Nos EUA, quando as higienistas surgiram, não foram facilmente aceitas. Tampouco foi fácil para as enfermeiras dentais da Nova Zelândia. Aqui, as corporações também atuaram para restringir as atividades desses trabalhadores, especialmente as do técnico. O Estado precisa de profissionais que atuem ampliando o acesso, mas, nessa história, infelizmente, as lideranças profissionais tradicionais têm tido um papel marcante”, reflete.

Para ele, a própria lei que regulamenta as profissões limita a atuação do técnico, porque enfatiza as atividades preventivas e minimiza as clínico-operatórias. A tendência, segundo, José, será deslocar o TSB para atividades extra-clínica. “Na atividade reparadora propriamente dita, o TSB só pode inserir e distribuir material restaurador na cavidade do dente, ou seja, não pode abrir nem fechar cavidades. A ele, só é permitido fazer a restauração com material temporário”, diz José Antônio.

Ele explica que, como só quem está autorizado a abrir e fechar cavidades é o cirurgião-dentista, a equipe atende a menos pessoas do que poderia. “Imagine: o paciente vai para a cadeira do dentista com uma cárie, por exemplo. O dentista abre a cavidade e remove a cárie, encaminhando-o para a cadeira do TSB. O paciente aguarda um pouco e é atendido pelo TSB, que insere o material reparador. Por fim, mais uma vez, o paciente precisa mudar de cadeira, dessa vez para que o dentista feche a cavidade. Na minha opinião, não faz muito sentido: perde-se muito tempo e menos pessoas são atendidas”, argumenta.

Mas, apesar da crítica à lei, ele a reconhece sua importância. “Antes, havia uma regulamentação do Conselho Federal de Odontologia, mas ela não tinha o mesmo peso. Agora, foi dado um reconhecimento que não havia. Uma lei federal ajuda porque esses profissionais passam a ‘existir’ legalmente de fato e podem, com mais facilidade, se organizar como categoria e lutar por seus direitos”, aponta. ●

Livro traz debate contemporâneo sobre a sociedade



O que é um dicionário, se não um agrupado de palavras, termos, expressões, conceitos que vão criando um sentido comum à linguagem e fortalecendo a comunicação de ideias? O Dicionário da Educação Profissional em Saúde, que chega à sua segunda edição, revista e ampliada, é isso e muito mais. Ainda que seus autores tenham múltiplas abordagens, o material compõe uma totalidade orgânica, graças ao trabalho de organização realizado por Isabel Brasil Pereira e Julio César França Lima. O trabalho materializa o desafio que se coloca ao Observatório dos Técnicos em Saúde e ao Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde, que é, na realidade, desafio mais amplo da Escola

Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz): (re)pensar os assuntos em tela e aprofundá-los para o desenvolvimento das pesquisas e das propostas e práticas educacionais; socializar o conhecimento desenvolvido e acumulado nessas pesquisas e práticas, posicionando-se na disputa teórica e política em favor da socialização do conhecimento e das demais riquezas produzidas socialmente.

O livro, que teve uma procura altíssima desde seu lançamento, ganha em sua segunda edição 23 novos verbetes, além da revisão de alguns conceitos editados anteriormente, e está disponível na íntegra online, podendo ser acessado através do site www.epsjv.fiocruz.br. Esta nova edição amplia, portanto, seu escopo e mostra sua vocação aberta, tanto em relação aos novos temas quanto à sua divulgação. O leitor encontrará nos verbetes uma contextualização histórica do tema e uma apresentação do debate acadêmico em torno dele - e das posições políticas refletidas nesse debate -, bem como os caminhos para sua aplicação e suas implicações ético-políticas.

Os novos verbetes atualizam o material em relação ao debate contemporâneo sobre a sociedade, como “sociedade civil”, “sociabilidade neoliberal”, “globalização”, “participação social”, “exclusão social” e “capital intelectual”; trazem temas caros à saúde e bastante polêmicos como “equidade em saúde”, “universalização” e “avaliação em saúde”, entre outros; abordam assuntos espinhosos do campo do trabalho, como “trabalho imaterial” e “trabalho produtivo e improdutivo”; e, finalmente, enfocam conceitos que são corriqueiramente utilizados nos campos da educação profissional em saúde, e que por isso mesmo merecem ser sempre revisitados e reelaborados pelos estudiosos e profissionais da área, tais como “dualidade educacional”, “educação em saúde”, “interdisciplinaridade”, “trabalho como princípio educativo”, entre outros. É notável como as divergências, o confronto, o entendimento – a luta no campo teórico – favorecem a compreensão sobre as tensões que envolvem os assuntos abordados, espelhando as relações sociais, e remetem a uma materialidade que se luta para conservar ou superar.

Destaque especial tem o verbete “omnilateralidade”. Utopia de uma educação transformadora, inspira os educadores a pensar, sentir e agir - para além da satisfação das necessidades imediatas de um mercado de trabalho competitivo, seletivo e, portanto, extremamente excludente -, de modo a contribuir para a formação de uma humanidade capaz de superar essas necessidades e criar novas, nas quais o trabalho possa ser sinônimo de realização plena dos seres humanos e não obstáculo para essa realização.

É assim que o Dicionário da Educação Profissional em Saúde, em sua segunda edição, ocupa lugar de referência para aqueles que querem estudar e trabalhar no campo da educação profissional em saúde no Brasil.

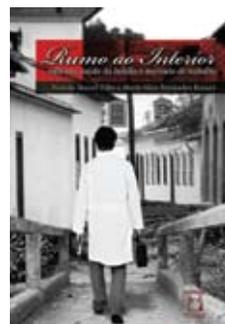
Ialê Falleiros Braga

Professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. ●

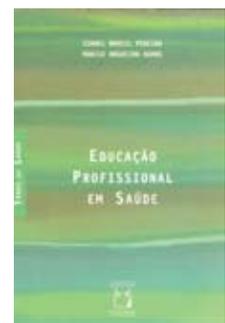
PUBLICAÇÕES



Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica, de Jairnilson Silva Paim – Editora Fiocruz



Rumo ao Interior: médicos, saúde da família e mercado de trabalho, de Romulo Maciel Filho e Maria Alice Fernandes Branco – Editora Fiocruz



Educação Profissional em Saúde - col. Temas em Saúde, de Isabel Brasil Pereira e Marise Ramos - Editora Fiocruz

Para um conceito ampliado de saúde, um conceito igualmente ampliado de informação. É isso que pesquisadores da área de Informação em Saúde têm buscado implementar nos últimos anos. Mais do que um conjunto de dados sobre doenças, o que se defende é que informação em saúde, como campo teórico e operacional, diz respeito ao monitoramento das condições de vida da população, nos moldes do que estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se, portanto, de uma ferramenta de gestão e de controle social.

Definição do termo

“Informação em saúde, apartada de uma política nacional de informação e informática na saúde que prime pelo controle social e pela utilização ética e fidedigna de dados produzidos com qualidade, seja em relação ao cidadão, seja em relação aos gestores da área da saúde, não é mais do que um mote, uma expressão vazia”, dizem Arlinda Moreno, Claudia Medina e Sergio Munck, no Dicionário da Educação Profissional em Saúde (ver pág. 22), editado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz, que, em sua segunda edição, traz esse verbete.

Alcindo Ferla, professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor colaborador da Universidade Federal do Pará, do Grupo Hospitalar Conceição e do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz, por sua vez, destaca a importância de se definir informação a partir do seu papel no imaginário coletivo. É isso que, segundo ele, diferencia a informação de um dado estatístico qualquer. “A informação é o dado tratado por processos que alocam nele certas noções de valor, não apenas com base nas técnicas da estatística ou

da epidemiologia. Quando falamos em taxa de mortalidade infantil, não é só a magnitude do indicador que nos afeta. É também o fato de que todos conseguimos ver, por trás do indicador propriamente dito, a dor e o sofrimento da família, a perda da vida da criança e isso produz certa comoção na sociedade”, explica. Para defender a importância desse processo para as políticas de saúde, ele continua o exemplo, agora no sentido contrário: “Já a mortalidade proporcional nas faixas etárias mais elevadas da população, que se mantém estável nos últimos anos, não mobiliza muito os imaginários. Assim, perde-se a oportunidade de perceber o que estudos já identificaram: que o envelhecimento, que acontece em uma velocidade muito grande em países como o Brasil, não se deve à intervenção positiva do sistema de saúde na qualidade de vida da população com mais de 60 anos, mas sim à redução das taxas de natalidade e fecundidade e à redução da mortalidade infantil. Nesse caso, o indicador não deixou de se transformar em informação, mas operou no imaginário fortalecendo valores já estabelecidos: a velhice como doença (portanto, sob maior risco de morte) e o idoso como um problema”.

Origem da área

O verbete explica que o campo da informação em saúde nasceu no século XIX com o incremento dos estudos de epidemiologia. Pouco depois, no início do século XX, a estatística também contribuiu para o fortalecimento da ideia de que era preciso reunir e comunicar informações sobre a saúde das populações. Contudo, é em um período mais remoto, ainda no século XVII, que os autores localizam um estudo que acabou por exercer uma influência decisiva sobre as pesquisas que surgiram mais tarde. Era a ‘topografia política ou

uma descrição das condições atuais do país’, no qual Leibniz apreendia a situação de saúde da Alemanha a partir de uma descrição detalhada de dados como população total, área do país e número e causas de mortes. Mas qual é o ganho desse tipo de pesquisa? Rejane Sobrino, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), explica: “As informações, quando bem estruturadas, representam subsídios importantes para traçar diagnósticos sobre a saúde das populações, assim como no desenho e aplicação das estratégias de cuidado que devem ser desenvolvidas”.

Um marco mais recente dessa área foi o desenvolvimento das ciências da computação ao longo do século passado, processo que qualificou muito os instrumentos utilizados na coleta, armazenamento e difusão das informações em saúde.

Mas talvez se possa dizer que o crescimento da computação ajudou também a criar um problema epistemológico para essa área: a simplificação do campo da Informação em Saúde ao estudo dos sistemas de informação. “Informação em Saúde não é um (nem todos) Sistema (s) de Informações em Saúde, muito menos construto dependente exclusiva e diretamente da informática”, diz o verbete. Arlinda completa: “Informação em saúde é uma grande vitrine de como pode se chegar ao controle social. Não somos construtores dos sistemas de informação. Estamos preocupados com estratégias de capacitação de pessoas para a produção e coleta de dados produtivos, fidedignos e confiáveis”.

Sistemas de Informação

De qualquer modo, os sistemas são um componente importante — e um dos grandes nós críticos — da área. Segundo o verbete, o primeiro a surgir no Brasil foi o Sistema de In-

formação sobre Mortalidade (SIM), criado em 1975. De lá para cá, houve avanços na implantação de diversos bancos de dados sobre situações de saúde. Qual o problema, então?

Os “complicadores”, como Arlinda prefere chamar, começam na coleta da informação, uma vez que o formulário que alimenta um sistema tem que dar conta da realidade com a qual se está lidando. “Em um país de dimensões continentais como o Brasil, há uma gama considerável de diferenças socioeconômicas e culturais que interferem na coleta”, afirma, dando como exemplo os vários ‘portugueses’ falados no país: “Os diferentes registros da língua influem. Determinadas perguntas que constam dos formulários são compreendidas na Região Centro-Oeste, mas não na Região Sul. A dificuldade é fazer um formulário que funcione, não no sentido de seu conteúdo, mas no potencial para ser entendido de norte a sul do país”.

E por falar em formulários, outra questão ‘complicada’ é a formação dos profissionais que os preenchem. Para Rejane Sobrino, é importante que seja estabelecida uma relação dotada de sentido entre esse profissional e o seu trabalho: “É preciso sensibilizar, mostrar por que aquilo é importante, pois, a princípio, quando você mostra um novo formulário para o profissional ele pensa: ‘mais um?’”. Arlinda entende esse fator como indissociável daquela primeira questão, já que, na maior parte das vezes, as informações que alimentam os sistemas de saúde vêm dos prontuários: “Não podemos desconsiderar a diversidade, já que a produção dessas informações, via formulários, é feita não por máquinas e sim por gente”.

Um outro aspecto relevante diz respeito à multiplicidade dos sistemas. “Do ponto de vista operacional, temos uma quantidade nada razoável de sistemas e aplicativos com pouca comunicação entre si”, aponta Alcindo. Nesse contexto, o Cartão Nacional de Saúde, que seria um documento de identificação dos usuários do SUS, a partir de uma base única, é comumente apontado como uma solução para o problema. Mas não há

consenso sobre esse tema. Alcindo, por exemplo, julga essa iniciativa como de grande importância. Arlinda, no entanto, embora concorde com o princípio, questiona a necessidade da criação de um novo número para o cidadão: “Eu concordo que precisamos de um sistema de base de informações em saúde para todo o país, mas não sei se é necessário recadastrar os usuários com um novo número de uso exclusivo da saúde se a gente pode eleger um, dentre os vários números já existentes, como o CPF, para funcionar com esse fim”.

Outra ferramenta que se mantém em discussão é o prontuário eletrônico. Segundo Arlinda, trata-se de um instrumento que possibilitaria “a interligação de qualquer ação de saúde em um banco de dados consolidado”. “Tanto o atendimento do médico, no consultório, quanto a internação em um hospital de alta complexidade, para um transplante por exemplo, geram informações que deveriam ir para o prontuário eletrônico do paciente”, explica. Mas também essa iniciativa não é consensual, trazendo à tona uma discussão que ela classifica como “de ordem ética”. “Suponhamos que um sujeito queria concorrer a um processo seletivo de uma empresa e descubram que ele teve um câncer há cinco anos. Não é difícil imaginar o que aconteceria. Então, como difundir essas informações mantendo o equilíbrio desse cabo de forças entre o que é ou não interessante de ser tornado público?”, pergunta.

Política Nacional

“Promover o uso inovador, criativo e transformador da tecnologia da informação, para melhorar os processos de trabalho em saúde, resultando em um Sistema Nacional de Informação em Saúde articulado, que produza informações para os cidadãos, a gestão, a prática profissional, a geração de conhecimento e o controle social, garantindo ganhos de eficiência e qualidade mensuráveis pela ampliação de acesso, equidade, integralidade e humanização dos serviços e, assim, contribuindo para a melhoria da situação de saúde da população”. Esse é o propósito apresentado pela Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), construída em 2004, incorporando deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde. “Como lugar de debate, a 12ª foi um marco histórico. Mas me entristece que os desdobramentos das proposições lá discutidas não tenham sido alvo de tanta dedicação”, lamenta Arlinda.

Alcindo concorda. Segundo ele, realidade no papel desde aquela época, a Política está longe de se materializar. “É preciso acompanhar a implementação, mas eu não vejo muitas iniciativas governamentais nesse sentido”, diz, e completa: “A maior parte dos recursos financeiros utilizados para projetos de informatização e uso da informação ainda não estão sendo colocados a serviço de um Sistema Nacional de Informações em Saúde e de uma Rede Nacional de Informações em Saúde, que são conceitos – mais do que projetos específicos – fundamentais para a política”, diz.

Além da unificação dos sistemas de identificação, inclusive com referências diretas ao Cartão Nacional de Saúde e ao prontuário eletrônico, outro tema recorrente na PNIIS é o incentivo ao uso do *software* livre. Além disso, a Política traz diretrizes mais amplas, que associam mais diretamente a área de Informação em Saúde com a democratização e o controle social. “O gestor não pode fazer um hospital de 800 leitos em uma cidade que tenha 800 moradores. Se o cidadão tem acesso ao chamado Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), ele pode vir a contestar isso. Então, é parte fundamental do processo a disseminação de informações que forneçam subsídios para o controle social”, destaca Arlinda.

E o que falta para funcionar? As respostas são várias. Mas Alcindo arrisca um palpite. “Ainda temos uma cultura muito instrumental da informação”, diz, completando: “O problema está também na sociedade como um todo. Nossa cultura vigente ainda é de que informação dá poder e, portanto, é razoável desejar e operar para acumular informações”. ●